

Catálogo

Data relatório
2024-05-03

Registo PT/BCM-AH/DGM - DIREÇÃO GERAL DA MARINHA

Nível de descrição:	F
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM
Título:	DIREÇÃO GERAL DA MARINHA
Datas de produção:	-
Produtor(es):	Direção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	369 u.i.
História custodial e arquivística:	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.</p> <p>Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino.
Âmbito e conteúdo:	A documentação é constituída por livros referentes ao funcionamento e gestão da Marinha. Permite-nos aferir a sua estrutura orgânica e funcional; movimentos do pessoal; participações; comunicações; avisos; ordens; decretos; circulares; Portarias e correspondência.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Por séries documentais organizadas cronologicamente.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	369 livros; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Nota de edição:	Registo modificado pelo utilizador "m11002495", na data 2023-03-09 13:46:57
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-10-07 10:03:32

Nível de descrição: SC

Código de referência: PT/BCM-AH/DGM/01
Título: Sem título
Nota de edição: Registo modificado pelo utilizador "e15974084", na data 2021-05-04 11:20:19
 Publicado na Web pelo utilizador "m11002495" na data 2023-03-09 13:54:03
Data da descrição: 2021-05-03 15:15:35

Nível de descrição: SR
Código de referência: PT/BCM-AH/DGM/01/2
Título: REGISTO DO REGIMENTO DA ARMADA
Datas de produção: 1716 / 1764
Produtor(es): Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte: 2 u.i.

História custodial e arquivística: Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.
 O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo. O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha. Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência: Transferência.
Âmbito e conteúdo: Inclui o registo dos nomes, terras, idades e serviços dos Oficiais do Regimento da Armada, dos Oficiais Inferiores, Cadetes, Tambores e Soldados das Companhias, e ainda o registo dos licenciados.
Ingressos adicionais: Fundo fechado.
Sistema de organização: Ordem cronológica.
Condições de acesso: Acessível.
Condições de reprodução: Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Idioma e escrita: Português.
Características físicas e requisitos técnicos: 2 livros; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição: Índices.
Nota de edição: Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:51.
Regras ou convenções: ISAD(G), ODA.
Data da descrição: 2013-10-10 09:49:15

Nível de descrição: UI
Código de referência: PT/BCM-AH/DGM/01/2/02
Título: Registo do Regimento Primeiro da Armada

Datas de produção:	1716 / 1764
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.
História custodial e arquivística:	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.</p> <p>Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	<p>Inclui o registo dos nomes, terras, idades e serviços dos Oficiais do Regimento da Armada, dos Oficiais Inferiores, Cadetes, Tambores e Soldados das Companhias, e ainda o registo dos licenciados, nomeadamente:</p> <p>Conde da Ponte ... Coronel ... (fólio1); João Caetano da Silva ... Tenente-coronel ... (fólio 1); João Mac Intere ... Sargento-mor ... (fólio 1); José César de Meneses ... Capitão-de-granadeiro ... (fólio 1); José Duarte Calhau ... Capitão ... (pag.1); Joaquim Ferreira Picão ... Capitão ... (fólio 1); Faustino Rodrigues de Carvalho ... Capitão ... (fólio 1); Alexandre José de Aro e Saqueva ... Capitão ... (fólio 1); Luís António Sanches Baena ... Capitão ... (fólio 1); Martinho de Sousa ... Capitão ... (fólio 1); D. João da Costa ... Capitão ... (fólio 1); Bento Teixeira de Moura ... Capitão ... (fólio 1); José Joaquim Soares de Andrade ... Capitão ... (fólio 1); Jerónimo Manuel Queirós ... Capitão ... (fólio 1); Themóteo Joaquim Estine ... Ajudante ... (fólio 3); Joaquim Jacques Armelím ... Quartel Mestre ... (fólio 3); Paulo Rodrigues de Araújo ... 1º Tenente do Coronel ... (fólio 3); José Inácio Borges ... 2º Tenente ... (fólio 3); Alexandre Pereira ... 1º Tenente de Tenente ... (fólio 3); José Matos de Abreu ... 2º Tenente ... (fólio 3); Leandro Vieira ... 1º Tenente de Major ... (fólio 3); Pedro Correia de Lacerda ... 2º Tenente ... (fólio 3); António José Brandão ... Tenente de Granadeiro ... (fólio 3); José Seixas de Soto Maior ... Tenente de Calhau ... (fólio 3); José Pedro Xavier ... Tenente de Picão ... (fólio 3); Norberto Escolasnio ... Tenente de Carvalho ... (fólio 3); Ângelo Birres ... Tenente de Saqueva ... (fólio 3); Isidoro Moz ... Tenente de Baena... (fólio 3); Joaquim José Rodrigues Tinouco ... Tenente de Sousa (pag. 3); André de Melo ... Tenente de Lata ... (fólio 3); António Homem ... Tenente de Teixeira ... (fólio 5); Joaquim José Coutinho ... Tenente de Andrade ... (fólio 5); Inácio José Peres ... Tenente de Queirós ... (fólio 5); António José Pato Torrezão ... Alferes de Coronel ... (fólio 5); Pedro Celestino de Matos ... Alferes de Major ... (fólio 5); Silvestre Luís ... Alferes de Granadeiro ... (fólio 5); António de Barros ... Alferes de Calhau ... (fólio 5); Manuel Vieira ... Alferes de Picão ... (fólio 5); Francisco Pedro ... Alferes de Carvalho ... (fólio 5); João Martins ... Alferes de Saqueva ... (fólio 5); Luís Pinto de Usório ... Alferes de Baena ... (fólio 5); José Félix de Miranda ... Padilha Alferes de Sousa ... (fólio 5);</p>

José Joaquim Coutinho ... Alferes da Costa ... (fólio 5);
 António Luís dos Santos ... Alferes de Teixeira ... (fólio 5);
 Joaquim José da Silva ... Alferes de Andrade ... (fólio 7);
 Veríssimo Pessanha de Castro ... Tenente de Queirós ... (fólio 7);
 D. Francisco José de Almada ... Tenente-coronel agregado ... (fólio 7);
 António Mascaranhas ... Tenente-coronel agregado ... (fólio 7);
 Luís António da Cunha d'Eça ... Capitão-agregado ... (fólio 7);
 José Francisco ... Sargento ... (fólio 41);
 Joaquim Bernardino ... Furriel ... (pag. 41);
 João Miranda Cardoso ... Porta-bandeira ... (fólio 41);
 Francisco José Gatinar ... Cabo ... (fólio 41);
 António Monteiro ... Cabo ... (fólio 41);
 Valentim José ... Cabo ... (fólio 41);
 Manuel José de Mendonça ... Cabo (pag. 41);
 D. Jorge Eugénio de Lozio ... Cadete ... (fólio 41);
 Francisco Félix da Silva Cabral ... Cadete ... (fólio 41);
 Aires António Carneiro ... Cadete ... (fólio 41);
 João António de Noronha ... Torrezão Cadete ... (fólio 41);
 João Duarte ... Tambor ... (fólio.41);
 António Leal ... Pífano... (fólio 41);
 João Dias ... Pífano ... (fólio 41);
 Joaquim Duarte ... Pífano ... (fólio 41);
 Carlos Vital ... Pífano ... (fólio 43);
 António José Baptista ... Pífano ... (fólio 43);
 João Pedro ... Pífano ... (fólio 43);
 Nicolau Pereira ... Pífano ... (fólio 43);
 Caetano José Brandão ... Pífano ... (fólio 43);
 Simão dos Santos ... Pífano ... (fólio 43);
 António da Cunha ... Pífano ... (fólio 43);
 João Evangelista ... Pífano ... (fólio 43);
 Vicente António ... Pífano ... (fólio 43);
 Joaquim Ferreira Arnoso ... Pífano ... (fólio 43);
 Vitorino Pinheiro ... Pífano ... (fólio 43);
 José Maria ... Pífano ... (pag. 43);
 José do Nascimento ... Anspeçada ... (pag. 43);
 Carlos José Salgado ... Anspeçada ... (pag. 43);
 Henrique Monteiro ... Anspeçada ... (pag.43);
 João Pedro Pereira ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Maurício José ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Paulo José Gomes ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Francisco de Melo ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Manuel Simões ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Joaquim Santos da Mata ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Joaquim Raimundo ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Manuel Moz ... Anspeçada ... (fólio 45);
 José Inácio ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Carlos José Álvares ... Anspeçada ... (pag. 45);
 Alberto António ... Anspeçada ... (pag. 45);
 Bernardo António ... Anspeçada ... (pag. 45);
 Francisco José ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Tomás José ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Manuel Vicente ... Anspeçada ... (fólio 45);
 Joaquim José de Carvalho ... Anspeçada ... (fólio 47);
 António Manuel Fernandes ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Manuel José ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Domingos Francisco Galvão ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Nicolau Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Joaquim Diniz ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Bernardo Manuel ... Anspeçada ... (fólio 47);
 António José Marques ... Anspeçada ... (fólio 47),
 José Caetano ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Paulino António ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Caetano Francisco ... Anspeçada ... (fólio 47);
 João Carvalho da Mata e Lemos ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Inácio José Cordeiro ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Joaquim Fernandes ... Anspeçada ... (fólio 47);
 Germano Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 47);
 António Crisóstemo de Freitas ... Capelão ... (fólio 69);
 João António Salter de Mendonça ... Auditor ... (fólio 69);
 Manuel Félix ... Cirurgião-mor ... (fólio 69);
 José Antunes Coelho ... Sargento ... (fólio 71);
 Francisco José da Silva ... Furriel ... (fólio 71);
 Paulo José Correia ... Porta-bandeira ... (fólio 71);
 Januário Luís da Gama ... Cabo ... (fólio 71);
 João Pedro de Carvalho ... Cabo ... (fólio 71);

Félix dos Santos ... Cabo ... Cabo ... (fólio 71);
Victor Vicente da Maré ... Cabo ... (fólio 71);
Cláudio Xavier Gurgel ... Cadete ... (fólio 71);
Francisco Teles Carneiro ... Cadete ... (fólio 71);
Manuel Velasco Galiano ... Cadete ... (fólio 71);
José António ... Tambor ... (fólio 71);
António José da Cunha ... Tambor ... (fólio 71);
José António Duarte ... Tambor ... (fólio 71);
José António ... Tambor ... (fólio 71);
José Gomes Barreto ... Tambor ... (fólio 71);
António José ... Tambor ... (fólio 73);
João Ribeiro de Sousa ... Tambor ... (fólio 73);
Luís José ... Tambor ... (fólio 73);
António Galaz ... Tambor ... (fólio 73);
José Francisco ... Tambor ... (fólio 73);
Félix José de Ares ... Tambor ... (fólio 73);
Manuel Xavier da Gama ... Tambor ... (fólio 73);
Joaquim Pedro Pestana ... Tambor ... (fólio 73);
Martinho Antão ... Tambor ... (fólio 73);
Fernando da Costa ... Tambor ... (fólio 73);
João Pedro ... Tambor ... (fólio 73);
Manuel Ferreira Mz. ... Tambor ... (fólio 73);
Francisco Galaz de Oliveira ... Tambor ... (fólio 73);
José Francisco ... Tambor ... (fólio 73);
Manuel José Gomes ... Tambor ... (fólio 73);
José Calisto ... Tambor ... (fólio 73);
Pedro José Gomes ... Tambor ... (fólio 75);
António Joaquim dos Santos ... Tambor ... (fólio 75);
José Joaquim da Silva ... Tambor ... (fólio 75);
João Pereira Pinho ... Tambor ... (fólio 75);
António Caetano ... Tambor ... (fólio 75);
Carlos Vieira ... Tambor ... (fólio 75);
Felipe Nery ... Tambor ... (fólio 75);
Manuel Francisco ... Tambor ... (fólio 75);
José Lourenço ... Tambor ... (fólio 75);
Francisco Jorge ... Tambor ... (fólio 75);
Teotónio de Sousa ... Tambor ... (fólio 75);
José da Silva ... Tambor ... (fólio 75);
Francisco Xavier do Rego ... Tambor ... (fólio 75);
Francisco Manuel de Paula ... Tambor ... (fólio 75);
Joaquim José ... Tambor ... (fólio 77);
João António ... Tambor ... (fólio 77);
António José dos Santos ... Tambor ... (fólio 77);
António José dos Ramos ... Tambor ... (fólio 77);
João Alcobia ... Tambor ... (fólio 77);
Caetano da Cruz ... Tambor ... (fólio 77);
Caetano Alz. ... Tambor ... (fólio 77);
José da Costa ... Tambor ... (fólio 77);
Domingos António ... Tambor ... (fólio 77);
Luís José ... Tambor ... (fólio 77);
José António de Macedo ... Tambor ... (fólio 77);
Manuel Soares ... Tambor ... (fólio 77);
Júlio Rodrigues ... Tambor ... (fólio 77);
Miguel Ramos ... Tambor ... (fólio 77);
Jerónimo dos Santos ... Sargento ... (fólio 101);
Silvestre José Rolim ... Furriel ... (fólio 101);
João Camilo Freire de Brito ... Porta-bandeira ... (fólio 101);
Manuel António dos Santos ... Cabo ... (fólio 101);
Manuel dos Santos ... Cabo ... (fólio 101);
João Nunes Duarte ... Cabo ... (fólio 101);
Francisco José Baptista ... Cabo ... (fólio 101);
Anacleto de Azevedo ... Cadete ... (fólio 101);
José Joaquim de Azevedo ... Cadete ... (fólio 101);
António José de Moura ... Cadete ... (fólio 101);
Teodoro José Carreira ... Cadete ... (fólio 101);
D. Braz Baltazar da Silveira ... Cadete ... (fólio 101);
Francisco Rodrigues ... Tambor ... (fólio 101);
Inácio Fernandes ... Anspeçada ... (fólio 103);
Manuel Vital ... Anspeçada ... (fólio 103);
Joaquim José da Cunha ... Anspeçada ... (fólio 103);
Francisco Nogueira ... Anspeçada ... (fólio 103);
Joaquim Cláudio ... Anspeçada ... (fólio 103);
José Damázio ... Anspeçada ... (fólio 103);
João das Neves ... Anspeçada ... (fólio 103);
Francisco Gonçalo ... Anspeçada ... (fólio 103);

João Cardoso ... Anspeçada ... (fólio 103);
António Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 103);
António Pereira Xavier ... Anspeçada ... (fólio 103);
António José da Costa ... Anspeçada ... (fólio 103);
Joaquim José de Sousa ... Anspeçada ... (fólio 103);
Jacinto Lidoro ... Anspeçada ... (fólio 103);
Bernardo José ... Anspeçada ... (fólio 103);
João da Silva ... Anspeçada ... (fólio 103);
António Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 103);
João da Silva Neto ... Anspeçada ... (fólio 105);
Carlos José ... Anspeçada ... (fólio 105);
José Nogueira ... Anspeçada ... (fólio 105);
Francisco Xavier ... Anspeçada ... (fólio 105);
Manuel de Jesus ... Anspeçada ... (fólio 105);
Joaquim José Duarte ... Anspeçada ... (fólio 105);
Francisco Cardoso ... Anspeçada ... (fólio 105);
José João ... Anspeçada ... (fólio 105);
Pedro António de Macedo ... Anspeçada ... (fólio 105);
José Joaquim do Pilar ... Anspeçada ... (fólio 105);
Francisco da Silva ... Anspeçada ... (fólio 105);
Manuel José Irigon ... Anspeçada ... (fólio 105);
Domingos Francisco de Sequeira ... Anspeçada ... (fólio 105);
Pedro da Silva ... Anspeçada ... (fólio 105);
Carlos Simões ... Anspeçada ... (fólio 105);
José Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 107);
José Pereira de Macedo ... Anspeçada ... (fólio 107);
Manuel Dias Franco ... Anspeçada ... (fólio 107);
Manuel Pereira ... Anspeçada ... (fólio 107);
Joaquim António ... Anspeçada ... (fólio 107);
Joaquim José de Abreu ... Anspeçada ... (fólio 107);
João Francisco ... Anspeçada ... (fólio 107);
Henrique José do Carmo ... Anspeçada ... (fólio 107);
Padre Miguel Alves de Abreu ... Anspeçada ... (fólio 107);
Feles dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 107);
José Pereira de Almeida ... Anspeçada ... (fólio 107);
António José Gomes ... Anspeçada ... (fólio 107);
António José de Alcobia ... Anspeçada ... (fólio 107);
Luís Francisco da Silva Carneiro ... Sargento ... (fólio 131);
Carlos Ribeiro do Vale ... Furriel ... (fólio 131);
Miguel de Sousa Lau ... Porta-bandeira ... (fólio 131);
José Joaquim Correia do Vale ... Cabo ... (fólio 131);
António Coelho ... Cabo ... (fólio 131);
Teles José Soares ... Cabo ... (fólio 131);
José Machado ... Cabo (fólio 131);
Manuel da Gama Lobo de Almeida ... Cadete ... (fólio 131);
José Cortis ... Tambor ... (fólio 131);
Francisco José da Gama ... Tambor ... (fólio 131);
Joaquim José Rodrigues ... Tambor ... (fólio 131);
João Bernardes ... Tambor ... (fólio 131);
José Ferreira Jacomo de Sampaio ... Tambor ... (fólio 131);
António Francisco Camelo ... Tambor ... (fólio 131);
Crisóstemo Tavares ... Tambor ... (fólio 131);
Manuel Antão ... Anspeçada ... (fólio 133);
Francisco Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 133);
José Joaquim ... Anspeçada ... (fólio 133);
Miguel José ... Anspeçada ... (fólio 133);
José Duarte ... Anspeçada ... (fólio 133);
Francisco António ... Anspeçada ... (fólio 133);
Manuel José Baeta ... Anspeçada ... (fólio 133);
Lourenço Justiniano ... Anspeçada ... (fólio 133);
Francisco Xavier ... Anspeçada ... (fólio 133);
Gonçalo Manuel ... Anspeçada ... (fólio 133);
Plácido José de Miranda ... Anspeçada ... (fólio 133);
José Coutinho ... Anspeçada ... (fólio 133);
António Daniel ... Anspeçada ... (fólio 133);
João Baptista ... Anspeçada ... (fólio 133);
Domingos Francisco ... Anspeçada ... (fólio 135);
Francisco José Alcobia ... Anspeçada ... (fólio 135);
Feles Francisco ... Anspeçada ... (fólio 135);
João da Silva ... Anspeçada ... (fólio 135);
António José Pelicano ... Anspeçada ... (fólio 135);
Constantino Antunes ... Anspeçada ... (fólio 135);
José Duarte do Vale ... Anspeçada ... (fólio 135);
Joaquim de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 135);
Tomás José ... Anspeçada ... (fólio 135);

João Francisco ... Anspeçada ... (fólio 135);
Domingos Antunes ... Anspeçada ... (fólio 135);
Manuel da Silva ... Anspeçada ... (fólio 135);
José da Silva ... Anspeçada ... (fólio 135);
Domingos Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 135);
João Carlos ... Anspeçada ... (fólio 135);
Isidoro João ... Anspeçada ... (fólio 137);
Gregório José ... Anspeçada ... (fólio 137);
Manuel Lopes Castelo ... Anspeçada ... (fólio 137);
Manuel Ambrózio ... Anspeçada ... (fólio 137);
Manuel Lopes da Silva ... Anspeçada ... (fólio 137);
José António ... Anspeçada ... (fólio 137);
Manuel António de Almeida ... Anspeçada ... (fólio 137);
José de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 137);
António Lopes ... Anspeçada ... (fólio 137);
Pedro Vicente ... Anspeçada ... (fólio 137);
José Pereira ... Anspeçada ... (fólio 137);
António Jorge ... Anspeçada ... (fólio 137);
José Gonçalves ... Anspeçada ... (fólio 137);
José António Álvares ... Sargento ... (fólio 161);
Luís Correia de Miranda ... Furriel ... (fólio 161);
José António Veloso ... Sargento ... (fólio 191);
Joaquim do Couto ... Furriel ... (fólio 191);
Francisco de Paula Finali ... Porta-bandeira ... (fólio 191);
Januário António ... Cabo ... (fólio 191);
João Rodrigues Buter ... Cabo ... (fólio 191);
José Joaquim do Rego ... Cabo ... (fólio 191);
José Moutinho de Mesquita ... Cabo ... (fólio 191);
António José ... Tambor ... (fólio 191);
Joaquim de Andrade ... Tambor ... (fólio 191);
José Francisco Serra ... Tambor ... (fólio 191);
Joaquim Lumeu ... Tambor ... (fólio 191);
Bernardo António ... Tambor ... (fólio 191);
António Francisco ... Tambor ... (fólio 191);
Manuel Duarte ... Tambor ... (fólio 191);
João Bernardes Gonçalves ... Tambor ... (fólio 191);
António Cordeiro ... Tambor ... (fólio 193);
Tomás Guilherme ... Tambor ... (fólio 193);
António Godinho ... Tambor ... (fólio 193);
Bernardo da Silva ... Tambor ... (fólio 193);
Manuel Gomes ... Tambor ... (fólio 193);
António Ribeiro ... Tambor ... (fólio 193);
Francisco José ... Tambor ... (fólio 193);
Joaquim Pereira da Costa ... Tambor ... (fólio 193);
José António de Palhares ... Tambor ... (fólio 193);
Manuel Rodrigues Neves ... Tambor ... (fólio 193);
Manuel Leite ... Tambor ... (fólio 193);
João Ferreira ... Tambor ... (fólio 193);
António José ... Tambor ... (fólio 193);
Joaquim José Ferreira ... Tambor ... (fólio 193);
Manuel Gomes ... Tambor ... (fólio 195);
José Lopes ... Tambor ... (fólio 195);
António Pedro Ferrão ... Tambor ... (fólio 195);
Félix José de Lima ... Tambor ... (fólio 195);
José de Góis ... Tambor ... (fólio 195);
António Nunes ... Tambor ... (fólio 195);
Manuel Marques ... Tambor ... (fólio 195);
Alexandre da Costa ... Tambor ... (fólio 195);
João Baptista da Silva ... Tambor ... (fólio 195);
António José da Silva ... Tambor ... (fólio 195);
Sebastião Fernandes Travanca ... Tambor ... (fólio 195);
Félis da Silva ... Tambor ... (fólio 195);
Manuel Fernandes ... Tambor ... (fólio 195);
Manuel Rodrigues ... Tambor ... (fólio 195);
Joaquim António de Carvalho ... Tambor ... (fólio 195);
João Simões ... Tambor ... (fólio 197);
Tomás José ... Tambor ... (fólio 197);
Miguel de Carvalho ... Tambor ... (fólio 197);
José Caetano ... Tambor ... (fólio 197);
Caetano Alberto ... Tambor ... (fólio 197);
João Álvares ... Tambor ... (fólio 197);
Agostinho António ... Tambor ... (fólio 197);
José António dos Santos ... Tambor ... (fólio 197);
António Álvares de Aguiar ... Tambor ... (fólio 197);
José Lopes ... Tambor ... (fólio 197);

António da Silva Conceição ... Tambor ... (fólio 197);
Bernardo José de Almeida ... Tambor ... (fólio 197);
Norberto Soares ... Tambor ... (fólio 197);
António Francisco ... Tambor ... (fólio 197);
Luís José ... Sargento ... (fólio 222);
José Joaquim Minos ... Furriel ... (fólio 221);
José Diogo ... Cabo ... (fólio 221);
Caetano Correia da Silva ... Cabo ... (fólio 221);
Bernardo da Paixão ... Cabo ... (fólio 221);
José António da Silva ... Cabo ... (fólio 221);
José Joaquim ... Tambor ... (fólio 221);
Manuel Gomes ... Tambor ... (fólio 221);
Jerónimo dos Santos ... Tambor ... (fólio 221);
Manuel Gomes ... Tambor ... (fólio 221);
Inácio Pereira ... Tambor ... (fólio 221);
José Ferreira ... Tambor ... (fólio 221);
José da Cruz ... Tambor ... (fólio 221);
Sebastião Dias ... Tambor ... (fólio 221);
Carlos Pereira ... Tambor ... (fólio 223);
António Marques ... Tambor ... (fólio 223);
António Dias ... Tambor ... (fólio 223);
João da Silva ... Tambor ... (fólio 223);
José Cristóvão ... Tambor ... (fólio 223);
Manuel dos Santos ... Tambor ... (fólio 223);
Diogo Luís Leitão ... Tambor ... (fólio 223);
José Luís de Oliveira ... Tambor ... (fólio 223);
Francisco Álvares ... Tambor ... (fólio 223);
Manuel Simões ... Tambor ... (fólio 223);
Guilherme de Matos ... Tambor ... (fólio 223);
Manuel José de Almeida ... Tambor ... (fólio 223);
António José Barroso ... Tambor ... (fólio 223);
António José Caetano ... Tambor ... (fólio 223);
José António Luís ... Tambor ... (fólio 223);
Manuel Ferreira ... Tambor ... (fólio 225);
António José de Lima ... Tambor ... (fólio 225);
António Valente ... Tambor ... (fólio 225);
Bento José ... Tambor ... (fólio 225);
Guilherme Ribeiro ... Tambor ... (fólio 225);
José António Cardoso ... Tambor ... (fólio 225);
Manuel da Silva ... Tambor ... (fólio 225);
António de Almeida ... Tambor ... (fólio 225);
José Rodrigues Machado ... Tambor ... (fólio 225);
Lourenço Gonçalves ... Tambor ... (fólio 225);
José Pinheiro ... Tambor ... (fólio 225);
Manuel António Valente ... Tambor ... (fólio 225);
Eugénio Gonçalves ... Tambor ... (fólio 225);
Teotónio de Azevedo ... Tambor ... (fólio 225);
Francisco António ... Tambor ... (fólio 225);
António Álvares ... Tambor ... (fólio 227);
Teotónio Coelho ... Tambor ... (fólio 227);
João Pedro Carlos ... Tambor ... (fólio 227);
Manuel Lopes da Silva ... Tambor ... (fólio 227);
Manuel Álvares Araújo ... Tambor ... (fólio 227);
Francisco Nunes ... Tambor ... (fólio 227);
Francisco Romano ... Tambor ... (fólio 227);
Inácio da Silva ... Tambor ... (fólio 227);
João António Vieira ... Tambor ... (fólio 227);
Manuel Álvares Araújo ... Tambor ... (fólio 227);
Maneul José Paixão ... Tambor ... (fólio 227);
José Pedro de Sousa ... Sargento ... (fólio 251);
Ângelo Vieira Mequelim ... Furriel ... (fólio 251);
Inácio José Ferreira Cutrim ... Porta-bandeira ... (fólio 251);
José Rodrigues Paiva ... Cabo ... (fólio 251);
Domingos Gomes Ferreira ... Cabo ... (fólio 251);
Joaquim José Ribeiro ... Cabo ... (fólio 251);
Miguel de Azevedo ... Cabo ... (fólio 251);
Manuel de Matos ... Cadete ... (fólio 251);
Diogo de Melo ... Cadete ... (fólio 251);
Francisco Xavier Violovi ... Cadete ... (fólio 251);
António Joaquim Leitão Vasconcelos ... Cadete ... (fólio 251);
Severino António ... Tambor ... (fólio 251);
Januário Elias ... Anspeçada ... (fólio 251);
Manuel José ... Anspeçada ... (fólio 251);
D. Miguel Henriques ... Anspeçada ... (fólio 251);
Jacinto Soares ... Anspeçada ... (fólio 253);

Domingos Lopes ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Joaquim Inácio do Vale ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Manuel Luís ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Manuel Francisco ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Teotónio Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Joaquim José Lucas ... Anspeçada ... (fólio 253);
 José António da Fonseca ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Francisco Gomes ... Anspeçada ... (fólio 253);
 João António de Araújo ... Anspeçada ... (fólio 253);
 José António Freire ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Macário Pires ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Bernardo dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 253);
 Luís Gonçalves ... Anspeçada ... (fólio 253);
 José Francisco ... Anspeçada ... (fólio 253);
 João António de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Francisco Antunes ... Anspeçada ... (fólio 255);
 António de Freitas ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Lourenço António ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Manuel Luís Tiago ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Joaquim Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 255);
 José Bentes de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 255);
 José Francisco ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Henrique Lopes ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Joaquim da Cunha ... Anspeçada ... (fólio 255);
 António Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 255);
 José Dias ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Manuel Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Policarpo José Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 255);
 Porfírio José ... Anspeçada ... (fólio 255);
 António Pedro ... Anspeçada ... (fólio 257);
 António Pereira ... Anspeçada ... (fólio 257);
 António Nogueira ... Anspeçada ... (fólio 257);
 Leandro José ... Anspeçada ... (fólio 257);
 Francisco Dias ... Anspeçada ... (fólio 257);
 João José Mimoso ... Anspeçada ... (fólio 257);
 Manuel Afonso ... Anspeçada ... (fólio 257);
 José António da Costa ... Anspeçada ... (fólio 257);
 Simão Gomes ... Anspeçada ... (fólio 257);
 Luís Beltrão ... Anspeçada ... (fólio 257);
 ilásio José ... Anspeçada ... (fólio 257);
 João Bento ... Anspeçada ... (fólio 257);
 António Francisco Baptista ... Anspeçada ... (fólio 257);
 Francisco Gomes da Silva ... Sargento ... (fólio 281);
 António João da Serra ... Furriel ... (fólio 281);
 Julião Vicente Barreto ... Porta-bandeira ... (fólio 281);
 João Pedro do Rego ... Cabo ... (fólio 281);
 Bernardino José ... Cabo ... (fólio 281);
 José dos Santos ... Cabo ... (fólio 281);
 António José dos Santos ... Cabo ... (fólio 281);
 Inácio Bonjardim ... Cadete ... (fólio 281);
 António da Cunha da Costa de Azevedo ... Cadete ... (fólio 281);
 Joaquim Branco ... Tambor ... (fólio 281);
 João dos Reis ... Anspeçada ... (fólio 281);
 José Dionísio ... Anspeçada ... (fólio 281);
 José António da Silva ... Anspeçada ... (fólio 281);
 Lopo José ... Anspeçada ... (fólio 281);
 José de Moraes ... Anspeçada ... (fólio 281);
 Manuel José Lopes ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Damásio José ... Anspeçada ... (fólio 283);
 António José Fortier ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Joaquim José dos Reis ... Anspeçada ... (fólio 283);
 José Pedro de Moraes ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Alexandre José Cardoso ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Manuel Furtado ... Anspeçada ... (fólio 283);
 José Nunes ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Joaquim José dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Francisco Ventura Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Pedro José Moreira ... Anspeçada ... (fólio 283);
 João Francisco ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Bruno José ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Manuel da Cruz ... Anspeçada ... (fólio 283);
 José Joaquim Vieira ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Pedro Crisóstemo ... Anspeçada ... (fólio 283);
 Manuel Álvares ... Anspeçada ... (fólio 285);
 Manuel Luís ... Anspeçada ... (fólio 285);

António Esteves ... Anspeçada ... (fólio 285);
Luís António ... Anspeçada ... (fólio 285);
António José ... Anspeçada ... (fólio 285);
José de Sousa ... Anspeçada ... (fólio 285);
Baltazar António Pinto ... Anspeçada ... (fólio 285);
Manuel Correia ... Anspeçada ... (fólio 285);
Tomé Jorge ... Anspeçada ... (fólio 285);
José Diniz ... Anspeçada ... (fólio 285);
Manuel José Pinheiro ... Anspeçada ... (fólio 285);
Bernardo José de Sousa ... Anspeçada ... (fólio 285);
Domingos José ... Anspeçada ... (fólio 285);
Manuel Monteiro ... Anspeçada ... (fólio 285);
Manuel Gonçalves Viana ... Anspeçada ... (fólio 287);
Manuel José Pereira ... Anspeçada ... (fólio 287);
Francisco Pedro de Brito ... Anspeçada ... (fólio 287);
Joaquim de Seixas ... Anspeçada ... (fólio 287);
Francisco Lima Viana ... Anspeçada ... (fólio 287);
Luís José ... Anspeçada ... (fólio 287);
José Lopes ... Anspeçada ... (fólio 287);
José Pereira ... Anspeçada ... (fólio 287);
Basílio António ... Anspeçada ... (fólio 287);
Joaquim José Machado ... Anspeçada ... (fólio 287);
Francisco Vaz da Guerra ... Anspeçada ... (fólio 287);
José Antunes ... Anspeçada ... (fólio 287);
Luís José ... Anspeçada ... (fólio 287);
Pedro José ... Sargento ... (fólio 311);
Manuel José Marques ... Furriel ... (fólio 311);
Justino António ... Porta-bandeira ... (fólio 311);
Pedro António Virgulino ... Cabo ... (fólio 311);
José Francisco Barreiro ... Cabo ... (fólio 311);
Luís António ... Cabo ... (fólio 311);
Eusébio da Silva ... Cabo ... (fólio 311);
Francisco Agostinho de Melo ... Cadete ... (fólio 311);
José Bento dos Reis Calado ... Cadete ... (fólio 311);
José Leal ... Tambor ... (fólio 311);
António Marques ... Tambor ... (fólio 311);
Sebastião José Coelho ... Tambor ... (fólio 311);
António Rodrigues ... Tambor ... (fólio 311);
João Fernandes ... Tambor ... (fólio 311);
Ângelo de Oliveira ... Tambor ... (fólio 313);
José Nunes ... Tambor ... (fólio 313);
José Eugénio ... Tambor ... (fólio 313);
António José Carneiro ... Tambor ... (fólio 313);
Manuel da Costa ... Tambor ... (fólio 313);
António José de Oliveira ... Tambor ... (fólio 313);
João Gomes ... Tambor ... (fólio 311);
António Mendes Teixeira ... Anspeçada ... (fólio 313);
Francisco das Chagas ... Anspeçada ... (fólio 313);
Francisco Gaspar ... Anspeçada ... (fólio 313);
Joaquim José Monteiro ... Anspeçada ... (fólio 313);
António Álvares ... Anspeçada ... (fólio 313);
Ângelo da Cruz ... Anspeçada ... (fólio 313);
Manuel de Andrade ... Anspeçada ... (fólio 313);
Bernardo José da Guerra ... Anspeçada ... (fólio 313);
Manuel António Dias ... Anspeçada ... (fólio 313);
José Baptista da Piedade ... Anspeçada ... (fólio 315);
Francisco Pereira ... Anspeçada ... (fólio 315);
Sebastião Álvares ... Anspeçada ... (fólio 315);
Manuel Martins ... Anspeçada ... (fólio 315);
Félix José ... Anspeçada ... (fólio 315);
António José da Rosa ... Anspeçada ... (fólio 315);
Francisco Xavier dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 315);
Carlos de Jesus ... Anspeçada ... (fólio 315);
João da Mata ... Anspeçada ... (fólio 315);
Manuel de Jesus ... Anspeçada ... (fólio 315);
Domingos da Silva ... Anspeçada ... (fólio 315);
António Lopes ... Anspeçada ... (fólio 315);
José Joaquim dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 315);
Inocêncio José ... Anspeçada ... (fólio 315);
Francisco Xavier ... Anspeçada ... (fólio 315);
Francisco Antunes Xavier ... Anspeçada ... (fólio 317);
Joaquim José ... Anspeçada ... (fólio 317);
António Delgado ... Anspeçada ... (fólio 317);
José Joaquim Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 317);
Joaquim de Mello ... Anspeçada ... (fólio 317);

Manuel da Silva Abreu ... Anspeçada ... (fólio 317);
José Lopes ... Anspeçada ... (fólio 317);
António José Barbosa ... Anspeçada ... (fólio 317);
Manuel Gregório do Nascimento ... Anspeçada ... (fólio 317);
Domingos Vieira ... Anspeçada ... (fólio 317);
Manuel António Cordeiro ... Anspeçada ... (fólio 317);
Tomé Baptista ... Anspeçada ... (fólio 317);
Pedro Paulo ... Anspeçada ... (fólio 317);
Silvestre Lourenço ... Sargento ... (fólio 341);
Manuel dos Santos ... Furriel ... (fólio 341);
Joaquim Cláudio da Fonseca ... Porta-bandeira ... (fólio 341);
Raimundo José ... Cabo ... (fólio 341);
Francisco José Botelho ... Cabo ... (fólio 341);
Domingos Silvestre ... Cabo ... (fólio 341);
Joaquim José do Rego ... Cabo ... (fólio 341);
José Percópio ... Cadete ... (fólio 341);
Laurentino de Azevedo ... Cabo ... (fólio 341);
Joaquim José ... Tambor ... (fólio 341);
Sebastião Ribeiro ... Anspeçada ... (fólio 341);
Jacinto Marcelino ... Anspeçada ... (fólio 341);
António José ... Anspeçada ... (fólio 341);
Manuel Monteiro ... Anspeçada ... (fólio 341);
João Manuel da Cunha ... Anspeçada ... (fólio 341);
João Nobre ... Anspeçada ... (fólio 343);
Francisco Monteiro ... Anspeçada ... (fólio 343);
Carlos José ... Anspeçada ... (fólio 343);
Joaquim José Franco ... Anspeçada ... (fólio 343);
José da Costa ... Anspeçada ... (fólio 343);
António José ... Anspeçada ... (fólio 343);
José Francisco ... Anspeçada ... (fólio 343);
Caetano de Matos ... Anspeçada ... (fólio 343);
José Pedro ... Anspeçada ... (fólio 343);
José dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 343);
José Joaquim de Azevedo ... Anspeçada ... (fólio 343);
João António ... Anspeçada ... (fólio 343);
Francisco de Miranda ... Anspeçada ... (fólio 343);
Manuel Agostinho ... Anspeçada ... (fólio 343);
José Lourenço ... Anspeçada ... (fólio 343);
José António ... Anspeçada ... (fólio 345);
José Luís ... Anspeçada ... (fólio 345);
Joaquim Manuel da Costa ... Anspeçada ... (fólio 345);
José Gomes ... Anspeçada ... (fólio 345);
Manuel Rodrigues Panasco ... Anspeçada ... (fólio 345);
Domingos da Costa ... Anspeçada ... (fólio 345);
Teodoro José Gomes ... Anspeçada ... (fólio 345);
Jerónimo Pinheiro ... Anspeçada ... (fólio 345);
Manuel Carvalho ... Anspeçada ... (fólio 345);
Francisco Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 345);
João Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 345);
Francisco Pereira ... Anspeçada ... (fólio 345);
José Dias ... Anspeçada ... (fólio 345);
João António Maciel ... Anspeçada ... (fólio 345);
Francisco Lopes de Oliveira ... Anspeçada ... (fólio 345);
Guilherme Coelho ... Anspeçada ... (fólio 345);
Timoteo Luís ... Anspeçada ... (fólio 347);
Bernardo de Figueiredo ... Anspeçada ... (fólio 347);
Jerónimo Pereira da Costa ... Anspeçada ... (fólio 347);
Caetano José da Costa ... Anspeçada ... (fólio 347);
Filipe Correia ... Anspeçada ... (fólio 347);
José de Almeida ... Anspeçada ... (fólio 347);
José Caetano ... Anspeçada ... (fólio 347);
António da Costa Calheiros ... Anspeçada ... (fólio 347);
Marcelino João ... Anspeçada ... (fólio 347);
Rodrigo Gomes Pereira ... Anspeçada ... (fólio 347);
Manuel de Alcobia ... Anspeçada ... (fólio 347);
João Ferreira ... Anspeçada ... (fólio 347);
João Francisco Lisboa ... Sargento ... (fólio 371);
Brás António ... Furriel ... (fólio 371);
Alexandre José Correia ... Porta-bandeira ... (fólio 371);
Joaquim Inácio de Brito ... Cabo ... (fólio 371);
José Jorge ... Cabo ... (fólio 371);
Marcelino José ... Cabo ... (fólio 371);
André António Soares ... Cabo ... (fólio 371);
Anastácio Henriques Pereira ... Cadete ... (fólio 371);
Paulo Rafael ... Cabo ... (fólio 371);

Manuel Nunes ... Tambor ... (fólio 371);
 Francisco Duarte Carrilho ... Tambor ... (fólio 371);
 António Álvares ... Tambor ... (fólio 371);
 António Vicente ... Tambor ... (fólio 371);
 Narciso André ... Anspeçada ... (fólio 371);
 German Gorssn ... Anspeçada ... (fólio 371);
 João Rodrigues ... Anspeçada ... (fólio 373);
 Silvestre Martins ... Anspeçada ... (fólio 373);
 José Gonçalves ... Anspeçada ... (fólio 373);
 José António Pereira ... Anspeçada ... (fólio 373);
 José Marques ... Anspeçada ... (fólio 373);
 José Pereira Pacheco ... Anspeçada ... (fólio 373);
 João da Costa ... Anspeçada ... (fólio 373);
 José da Cruz ... Anspeçada ... (fólio 373);
 José Carlos Vedigal ... Anspeçada ... (fólio 373);
 António José Ricardo ... Anspeçada ... (fólio 373);
 José dos Santos ... Anspeçada ... (fólio 373);

Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/9/3
Cota descritiva:	2 (localização: 6-V-9-3).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 460 fólios; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Nota de edição:	Criação de associações ao(s) seguinte(s) objeto(s) digital(ais): , 95584, 95585, 95586, 95587, 95588, 95589, 95590, 95591, 95592, 95593, 95594, 95595, 95596, 95597, 95598, 95599, 95600, 95601, 95602, 95603, 95604, 95605, 95606, 95607, 95608, 95609, 95610, 95611, 95612, 95613, 95614, 95615, 95616, 95617, 95618, 95619, 95620, 95621, 95622, 95623, 95624, 95625, 95626, 95627, 95628, 95629, 95630, 95631, 95632, 95633, 95634, 95635, 95636, 95637, 95638, 95639, 95640, 95641, 95642, 95643, 95644, 95645, 95646, 95647, 95648, 95649, 95650, 95651, 95652, 95653, 95654, 95655, 95656, 95657, 95658, 95659, 95660, 95661, 95662, 95663, 95664, 95665, 95666, 95667, 95668, 95669, 95670, 95671, 95672, 95673, 95674, 95675, 95676, 95677, 95678, 95679, 95680, 95681, 95682, 95683, 95684, 95685, 95686, 95687, 95688, 95689, 95690, 95691, 95692, 95693, 95694, 95695, 95696, 95697, 95698, 95699, 95700, 95701, 95702, 95703, 95704, 95705, 95706, 95707, 95708, 95709, 95710, 95711, 95712, 95713, 95714, 95715, 95716, 95717, 95718, 95719, 95720, 95721, 95722, 95723, 95724, 95725, 95726
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-10-07 13:37:00

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/2/03
Título:	Registo do Regimento Segundo da Armada
Datas de produção:	1736 / 1764
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência: Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos nomes, terras, idades e serviços dos Oficiais do Regimento da Armada, dos Oficiais Inferiores, Cadetes, Tambores e Soldados das Companhias, e ainda o registo dos licenciados, nomeadamente:

Joze Francisco Machado de Mendonça (José Francisco Machado de Mendonça) ... Coronel ... (fólio 1);
Francisco Xavier Alcavarra ... Tenente-coronel ... (fólio 1);
Jerónimo Vaz Monteiro ... Ajudante ... (fólio 1);
António Godinho Leytão (António Godinho Leitão)... Quartel mestre ... (fólio 1);
António Teixeira Coelho da Silva Mello (António Teixeira Coelho da Silva Mello)... Capitão de Granadeiro ... (fólio 2);
António Ramos Caminha ... Capitão ... (fólio 2);
Manoel Martins Ribeiro (Manuel Martins Ribeiro) ... Capitão ... (fólio 2);
Tristam Pereira dos Reiz (Tristão Pereira dos Reis)... Capitão ... (fólio 2);
Sebastião Pereira Cabral ... Capitão ... (fólio 2);
Veríssimo Ferreira de Matos Souto ... Capitão ... (fólio 2);
Joze Luís Ferreira (José Luís Ferreira)... Capitão ... (fólio 2);
Manoel António Monteiro (Manuel António Monteiro) ... Capitão ... (fólio 2);
Manoel da Silva Alvez (Manuel da Silva Alves)... Capitão ... (fólio 2);
Felipe Manoel Franco (Filipe Manuel Franco)... Capitão ... (fólio 2);
Manoel Campelo de Andrade (Manuel Campelo de Andrade)... Capitão ... (fólio 2);
Dionizio Bandeira (Dionísio Bandeira) ... Capitão agregado ... (fólio 2);
Luiz Freire Pereira (Luís Freire Pereira) ... Capitão agregado ... (fólio 2);
Manoel Dias (Manuel Dias)... Capitão agregado ... (fólio 2);
Manoel Joze do Reis (Manuel José dos Reis)... Capitão ... (fólio 2);
Joaquim Manuel dos Santos (Joaquim Manuel dos Santos) ... Tenente ... (fólio 3);
Sylvestre Rabelo da Fonseca (Silvestre Rebelo da Fonseca)... Tenente ... (fólio 3);
Faustino Joze Pereira (Faustino José Pereira) ... Tenente ... (fólio 3);
António Joze de Faria (António José de Faria)... Tenente ... (fólio 3);
Manoel Feliciano Gonçalves (Manuel Feliciano Gonçalves) ... Tenente ... (fólio 3);
António Melo de Castro ... Tenente ... (fólio 3);
António Tavares de Medeiros ... Tenente ... (fólio 3);
Francisco Lopes Xavier ... Tenente ... (fólio 3);
Bernardo Ribeiro ... Tenente ... (fólio 3);
João António de Souza (João António de Sousa)... Tenente ... (fólio 3);
Manoel Luiz da Pasoam (Manuel Luís Passos) ... Tenente ... (fólio 3);
Miguel Pereira ... Tenente ... (fólio 3);
Paulo Manoel Teixeira Dultra Gonçalves da Camara (Paulo Manuel Teixeira Dultra Gonçalves da Câmara) ... Alferes ... (fólio 11);
Claudio Xavier de Barros (Cláudio Xavier de Barros) ... Alferes ... (fólio 11);
Francisco Nunes ... Alferes ... (fólio 11);
João Baptista Cabana (João Batista Cabana) ... Alferes ... (fólio 11);
Joze Cazimiro Gonçalves (José Cazimiro Gonçalves)... Alferes ... (fólio 11);
Estevão Joze de Brito (Estevão José de Brito) ... Alferes ... (fólio 11);
Guilherme de Sexaes (Guilherme de Seixas)... Alferes ... (fólio 11);
João Barros de Menezes ... Alferes ... (fólio 11);
Joze da Sylva (José da Silva)... Alferes ... (fólio 11);
Simpliciano Joze (Simpliciano José) ... Alferes ... (fólio 11);
Thomaz Manoel del Morah (Tomás Manuel del Morah) ... Alferes ... (fólio 11);
Joaquim Salema de Saldanha Lobo ... Alferes ... (fólio 11);
Lúcio António Pimentel ... Alferes ... (fólio 11);
Joaquim Joze Nogueira (Joaquim José Nogueira) ... Alferes ... (fólio 11);
Lucas Joze Espinoza (Lucas José Espinoza)... Alferes agregado ... (fólio 11);
Joze Pires Monteiro de Oliveira (José Pires Monteiro de Oliveira)... Auditor ... (fólio 41);
João Gomes ... Capelão-mor ... (fólio 41);
Francisco de Souza (Francisco de Sousa) ... Cirurgião-mor ... (fólio 41);
Joze Alves dos Santos (José Alves dos Santos) ... Ajudante de cirurgião ... (fólio 41);
Manoel Carvalho (Manuel Carvalho) ... Ajudante de cirurgião ... (fólio 41);
João António Lopes ... Ajudante do cirurgião ... (fólio 41);
Paulino Xavier Palmeirim ... Ajudante de Cirurgião ... (fólio 41);
João Gonçalves ... Tambor-mor ... (fólio 41);
Manoel António Rodrigues (Manuel António Rodrigues)... Sargento ... (fólio 41);
Joze Ferreira (José Ferreira) ... Furriel ... (fólio 41);
António de Sexaes (António de Seixas) ... Porta-bandeira ... (fólio 43);
Vitorino Joze (Vitorino José) ... Cabo ... (fólio 43);
Joze Henriques de Figueiredo dos Santos Moreno (José Henriques de Figueiredo dos Santos Moreno) ... Cabo ... (fólio 43);
João Joaquim Gomes ... Cabo ... (fólio 43);
Joze de Miranda (José de Miranda) ... Cabo ... (fólio 43);
Joze de Miranda (José de Miranda) ... Anspeçada ... (fólio 43);

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/9/3
Cota descritiva:	3 (localização: 6-V-9-3).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 460 fólios; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-10-08 14:28:52

Nível de descrição:	SR
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/3
Título:	PASSAGENS DE OFICIAIS INFERIORES E SOLDADOS DOS REGIMENTOS DE LA LIPE E 1ª ARMADA PARA ESTE DA 2ª ARMADA
Datas de produção:	1763 / 1765
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.
História custodial e arquivística:	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo. O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha. Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
Âmbito e conteúdo:	Inclui o registo das Ordens de Sua Majestade para que dê passagem para o segundo Regimento da Armada a Oficiais Inferiores e Soldados.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/9/3
Cota descritiva:	4 (localização: 6-V-9-3).
Idioma e escrita:	Português.

Características físicas e requisitos técnicos:	Conjunto de folhas. 1 livro com 77 folhas; papel; manuscrito. Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Nota de edição:	Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:52.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-10-11 13:23:50

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/3/04
Título:	Passagens de Oficiais Inferiores e Soldados dos Regimentos de La Lipe e 1ª Armada para este da 2ª Armada
Datas de produção:	1763 / 1765
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.
História custodial e arquivística:	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.</p> <p>Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
Âmbito e conteúdo:	Inclui o registo das Ordens de Sua Majestade para que dê passagem para o segundo Regimento da Armada a Oficiais Inferiores e Soldados.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/9/3
Cota descritiva:	4 (localização: 6-V-9-3).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	Conjunto de folhas. 1 livro com 77 folhas; papel; manuscrito. Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-10-08 16:04:07

Nível de descrição:	SR
----------------------------	----

Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/4
Título:	PASSAGENS DO REGIMENTO SEGUNDO DA ARMADA PARA OUTROS REGIMENTOS E VICE-VERSA
Datas de produção:	1763 / 1765
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.
História custodial e arquivística:	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo. O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha. Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o registo das várias passagens e trocas de militares, do Regimento da 2ª Armada para outros Regimentos.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/9/3
Cota descritiva:	5 (localização: 6-V-9-3).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	Conjunto de folhas. 1 livro; papel; manuscrito. Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Nota de edição:	Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:52.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-10-11 13:28:29

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/4/05
Título:	Passagens do Regimento Segundo da Armada para outros Regimentos e Vice-versa
Datas de produção:	1763 / 1765
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o registo das várias passagens e trocas de militares, do Regimento da 2ª Armada para outros Regimentos.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/9/3
Cota descritiva:	5 (localização: 6-V-9-3).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	Conjunto de folhas. 1 livro; papel; manuscrito. Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-10-08 16:34:26

Nível de descrição:	SR
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/5
Título:	RELAÇÃO DA GENTE DE MAR QUE HÁ-DE IR PARA O ESTADO DA ÍNDIA
Datas de produção:	1764 / 1769
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui a relação da gente de mar que na Armada foi servir para o Estado da Índia, relação das naus, lotações e despesa feita por ordem de Sua Majestade.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:53.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 09:56:28

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/5/06

Título:

Relação da Gente de Mar que há-de ir para o Estado da Índia

Datas de produção:

1764 / 1764

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:	<p>Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.</p> <p>O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.</p> <p>Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.</p>
Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui a relação da gente do mar que na Armada foi servir para o Estado da Índia e a relação das naus, nomeadamente: Nau de viagem "Nossa Senhora da Caridade e São Francisco de Paula" (folha 2), Nau de transporte "Nossa Senhora da Arrábida" (folha 2), lotação das naus (folha 2), aviso ao Tesoureiro dos armazéns (folha 2 verso), soldos da gente da nau de transporte (folha 3), relação nominal e soldos da guarnição da nau de viagem (folha 10); marinheiros dos oficias da nau de viagem (folha 27), relação nominal e soldos da guarnição da nau de transporte (folha 36), relação dos padres que vão para a Índia na nau de viagem (folha 53), despesa na paga da gente do mar que embarcou nas naus da Índia em 1764 (folha 54).
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/9/3
Cota descritiva:	6 (localização: 6-V-9-3).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 60 folhas; papel; manuscrito. Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-10-09 09:27:22
<hr/>	
Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/5/08
Título:	Relação da Gente de Mar que há-de ir para o Estado da Índia
Datas de produção:	1769 / 1769
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui a relação da gente de mar que na Armada foi servir para o Estado da Índia, lotações e despesa feita por ordem de Sua Majestade.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/3

Cota descritiva:

8 (localização: 6-V-9-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 80 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 10:08:49

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/6

Título:

RELAÇÃO DA GENTE DE GUERRA QUE HÁ-DE IR PARA O ESTADO DA ÍNDIA

Datas de produção:

1768 / 1798

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui a relação da gente de guerra que na Armada foi servir para o Estado da Índia e a relação da despesa (em ajudas de custo) com os militares.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:53.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 10:06:01

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/6/07

Título:

Relação da Gente de Guerra que há-de ir para o Estado da Índia

Datas de produção:

1768 / 1768

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui a relação da gente de guerra que na Armada foi servir para o Estado da Índia.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/3

Cota descritiva:

7 (localização: 6-V-9-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:1 livro com 80 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.**Instrumentos de descrição:**

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 10:00:24

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/6/09

Título:

Relação da Gente de Guerra que há-de ir para o Estado da Índia e Moçambique

Datas de produção:

1798 / 1798

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui a relação da gente de guerra que na Armada foi servir para o Estado da Índia e a relação da despesa (em ajudas de custo) com os militares.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/3

Cota descritiva:

9 (localização: 6-V-9-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 139 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 10:19:59

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/7

Título:

LIVRO DE REGISTO PARA A ARMADA QUE HÁ-DE SERVIR NO ESTADO DA ÍNDIA E COLÓNIAS - (DEGREDDADOS, VOLUNTÁRIOS E DESPESAS)

Datas de produção:

1827 / 1827

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo para a Armada que irá servir no Estado da Índia e Colónias, nomeadamente: degredados e voluntários. Também inclui o registo das despesas.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/3

Cota descritiva:

10 (localização: 6-V-9-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 50 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.
Inclui 1 folha solta com a data de 1797 manuscrita e impressa.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:54.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:58:10

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/7/010

Título:

Livro de Registo para a Armada que há-de Servir no Estado da Índia e Colónias - (Degredados, Voluntários e Despesas)

Datas de produção:

1827 / 1827

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo para a Armada que irá servir no Estado da Índia e Colónias, nomeadamente: degredados e voluntários. Também inclui o registo das despesas.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/3

Cota descritiva:

10 (localização: 6-V-9-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 50 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.
Inclui 1 folha solta com a data de 1797 manuscrita e impressa.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 10:30:28

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/8

Título:

DESPACHOS QUE SE EXPEDEM PARA A REAL ASSINATURA DO PRÍNCIPE REGENTE

Datas de produção:

1801 / 1804

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Despachos que se expedem para a real assinatura do Príncipe Regente, nomeadamente: Alvarás do Concelho Ultramarino; Cartas Régias para diferentes entidades; Consultas do Concelho Ultramarino; Consultas do Concelho do Almirantado; Decretos do Concelho Ultramarino; Folhas dos Alvarás; Sesmarias do Concelho Ultramarino...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/3

Cota descritiva:

11 (localização: 6-V-9-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 139 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada com o índice colado na contracapa do livro.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:54.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 13:17:03

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/8/011

Título:

Despachos que se Expedem para a Real Assinatura do Príncipe Regente

Datas de produção:

1801 / 1804

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Despachos que se expedem para a real assinatura do Príncipe Regente, nomeadamente: Alvarás do Concelho Ultramarino, Cartas Régias para diferentes entidades, Consultas do Concelho Ultramarino, Consultas do Concelho do Almirantado, Decretos do Concelho Ultramarino, Folhas dos Alvarás, Sesmarias do Concelho Ultramarino...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/3

Cota descritiva:

11 (localização: 6-V-9-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 139 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada com o índice colado na contracapa do livro.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 10:47:14

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9

Título:

REGISTO DE DECRETOS E CARTAS RÉGIAS PELO MINISTÉRIO DA MARINHA

Datas de produção:

1804 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

8 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões; reorganização do Ministério da Marinha e Ultramar; reorganização do Arsenal da Marinha; reforma da Repartição de Saúde-naval; reorganização do corpo de Engenheiros Construtores Navais; reorganização do Observatório Astronómico de Marinha; regulamento do Serviço de Saúde Naval...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

8 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:55.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 09:32:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9/012

Título:

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1804 / 1818

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/3

Cota descritiva:

12 (localização: 6-V-9-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 529 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada colada na contracapa do livro.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Criadas associações ao(s) ficheiro(s) (6977), pelo utilizador "m11002495" na data 05/04/2024 08:00:54

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 11:41:14

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9/013

Título:

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1818 / 1827

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões; reorganização do Ministério da Marinha e Ultramar; reorganização do Arsenal da Marinha; reforma da Repartição de Saúde-naval...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/5

Cota descritiva:

13 (localização: 6-V-9-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 262 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha dactilografada colada na primeira folha do livro.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Criadas associações ao(s) ficheiro(s) (6978), pelo utilizador "m11002495" na data 05/04/2024 09:33:43

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 13:31:15

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9/014

Título:

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1828 / 1835

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões; reorganização do Ministério da Marinha e Ultramar; reorganização do Arsenal da Marinha; reforma da Repartição de Saúde-naval...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/5

Cota descritiva:

14 (localização: 6-V-9-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 13:48:43

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9/015

Título:

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1835 / 1841

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; demissões... Contém um índice por ordem alfabética com os nomes e graduações.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/5

Cota descritiva:

15 (localização: 6-V-9-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 13:57:49

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9/016

Título:

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1835 / 1841

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; perdão de penas; nomeações...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/5

Cota descritiva:

16 (localização: 6-V-9-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 305 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 14:09:41

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9/017

Título:

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1851 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; concessão de pensões...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/5

Cota descritiva:

17 (localização: 6-V-9-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 14:16:16

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9/018

Título:

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1859 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; reorganização do Ministério da Marinha e Ultramar; reorganização do Arsenal da Marinha; reforma da Repartição de Saúde-naval...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/9/5

Cota descritiva:

18 (localização: 6-V-9-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 14:23:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/9/019

Título:

Registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1860 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Decretos e Cartas Régias pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: promoções; nomeações; comutação de penas; concessão de pensões...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

19 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 14:55:02

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/10

Título:

REGISTO DE CARTAS DE LEI PELO MINISTÉRIO DA MARINHA

Datas de produção:

1835 / 1869

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de cartas de lei pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: decreto que regula os soldos dos oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha; decreto que autoriza o governo a estabelecer uma Escola Naval...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

20 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 225 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:55.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 13:19:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/10/020

Título:

Registo de Cartas de Lei pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1835 / 1869

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de cartas de lei pelo Ministério da Marinha, nomeadamente: decreto que regula os soldos dos oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha; decreto que autoriza o governo a estabelecer uma Escola Naval...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

20 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 225 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 15:21:48

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/11

Título:

REGISTO DE PATENTES DOS OFICIAS DA ARMADA E DA BRIGADA REAL DA MARINHA

Datas de produção:

1821 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

4 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha o decretos e as datas das respectivas promoções.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

4 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:56.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 10:16:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/11/021

Título:

Registo de Patentes dos Oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha

Datas de produção:

1821 / 1833

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha e as datas das respectivas promoções.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

21 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 230 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 15:35:31

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/11/022

Título:

Registo de Patentes dos Oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha

Datas de produção:

1833 / 1840

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha e as datas das respetivas promoções. Contém um índice organizado por ordem alfabética com os nomes das datas das patentes, postos e para onde foram despachados.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

22 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 230 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 15:54:48

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/11/023

Título:

Registo de Patentes dos Oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha

Datas de produção:

1840 / 1845

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha e as datas das respetivas promoções. Contém um índice organizado por ordem alfabética com os nomes das datas das patentes, postos e para onde foram despachados.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

23 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 409 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 16:02:37

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/11/024

Título:

Registo de Patentes dos Oficiais da Armada e da Brigada Real da Marinha

Datas de produção:

1845 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de patentes dos Oficiais da Armada e Brigada Real da Marinha o decretos e as datas das respectivas promoções. Contém um índice organizado por ordem alfabética com os nomes e folhas.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

24 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 16:08:49

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/12

Título:

REGISTO DE PASSAPORTES E CERTIFICADOS DE NAVIOS

Datas de produção:

1836 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

6 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

6 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo modificado pelo utilizador "m11002495", na data 2023-07-27 11:35:02

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 11:56:06

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/12/025

Título:

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

Datas de produção:

1836 / 1847

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

25 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 231 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 16:16:10

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/12/026

Título:

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

Datas de produção:

1847 / 1849

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

26 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 181 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-09 17:13:37

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/12/027

Título:

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

Datas de produção:

1850 / 1853

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

27 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 11:02:32

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/12/028

Título:

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

Datas de produção:

1858 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

28 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 11:32:06

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/12/029

Título:

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

Datas de produção:

1858 / 1861

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, o nome do navio, o local de saída e o destino do navio.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

29 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 346 páginas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 11:36:42

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/12/030

Título:

Registo de Passaportes e Certificados de Navios

Datas de produção:

1863 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos passaportes de navios, onde consta a data do registo, nome, local de saída e o destino da embarcação.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

30 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 211 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 11:42:10

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/13

Título:

REGISTO DE INSTRUÇÕES A COMANDANTES DE NAVIOS DA ARMADA

Datas de produção:

1823 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

5 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

5 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:57.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 14:29:40

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/13/031

Título:

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

Datas de produção:

1823 / 1833

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

31 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 89 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 14:31:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/13/032

Título:

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

Datas de produção:

1835 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

32 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 14:49:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/13/033

Título:

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

Datas de produção:

1842 / 1847

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

33 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 14:52:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/13/034

Título:

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

Datas de produção:

1847 / 1858

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

34 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 500 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 14:56:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/13/035

Título:

Registo de Instruções a Comandantes de Navios da Armada

Datas de produção:

1858 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha a comandantes dos navios de guerra, nomeadamente: o navio que deve comandar e a missão a cumprir.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

35 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha colada na primeira folha; papel; dactilografada.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 14:58:46

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/14

Título:

REGISTO DE AVISOS E ORDENS PARA O INSPECTOR DO ARSENAL, INTENDENTE DOS ARMAZÉNS, CONTADOR GERAL DA MARINHA, COMANDANTE DA BRIGADA REAL DA MARINHA E COMANDANTES DAS EMBARCAÇÕES REAIS

Datas de produção:

1821 / 1822

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens para o Inspector do Arsenal, Contador Geral da Marinha, Comandante da Brigada Real da Marinha e Comandante das Embarcações Reais, nomeadamente: requerimentos remetidos pela Secretaria de Estado da Marinha solicitando informações; ordens de El Rei sobre requerimentos de militares; reclamações de presos; advertências e comunicações aos comandantes...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:59.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 15:05:08

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/14/036

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal, Intendente dos Armazéns, Contador Geral da Marinha, Comandante da Brigada Real da Marinha e Comandantes das Embarcações Reais

Datas de produção:

1821 / 1822

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens para o Inspector do Arsenal, Contador Geral da Marinha, Comandante da Brigada Real da Marinha e Comandante das Embarcações Reais, nomeadamente: requerimentos remetidos pela Secretaria de Estado da Marinha solicitando informações; ordens de El Rei sobre requerimentos de militares, reclamações de presos, advertências e comunicações aos comandantes...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/1

Cota descritiva:

36 (localização: 6-V-10-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 15:32:25

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15

Título:

REGISTO DE AVISOS E ORDENS PARA O CONTADOR GERAL DA MARINHA

Datas de produção:

1822 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

19 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

19 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:58.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 15:42:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/037

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1822 / 1825

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

37 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 15:50:21

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/038

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1825 / 1828

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

38 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 239 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 15:55:13

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/039

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1828 / 1831

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

39 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 16:02:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/040

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1831 / 1834

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

40 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 16:38:27

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/041

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1834 / 1835

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

41 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 233 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 16:42:55

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/042

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1835 / 1836

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

42 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 230 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 16:47:45

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/043

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1836 / 1838

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

42 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 16:49:45

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/044

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1838 / 1841

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

44 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 289 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-10 16:52:52

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/045

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1841 / 1843

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

45 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 285 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 09:15:13

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/046

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1843 / 1844

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

46 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 09:25:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/047

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1844 / 1846

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

47 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 09:28:30

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/048

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1846 / 1847

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

48 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 09:37:40

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/049

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1847 / 1850

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

49 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 389 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 09:39:49

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/050

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1850 / 1852

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

50 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 188 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 10:50:39

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/051

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1852 / 1853

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

51 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:05:14

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/052

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1853 / 1854

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

52 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:07:09

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/053

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1854 / 1856

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

53 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:08:10

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/054

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1856 / 1857

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

54 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:10:03

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/15/055

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Contador Geral da Marinha

Datas de produção:

1857 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Contador Geral da Marinha, nomeadamente: regular os vencimentos de militares; participar falecimentos de pessoas ilustres; requerimentos de militares...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/2

Cota descritiva:

55 (localização: 6-V-10-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:12:06

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/16

Título:

REGISTO DE AVISOS E ORDENS PARA O INSPECTOR GERAL DAS MATAS E PINHAIS NACIONAIS

Datas de produção:

1825 / 1852

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

3 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Administrador Geral das Matas, nomeadamente: requisição de paus para o reparo da Igreja e Convento da Batalha; requisição de sementes de pinheiros para serem transportados à ilha da Madeira...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

3 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:18:59.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:14:49

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/16/056

Título:

Registos de Avisos e Ordens para o Inspector Geral das Matas e Pinhais Nacionais

Datas de produção:

1825 / 1838

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Administrador Geral das Matas, nomeadamente: requisição de paus para o reparo da Igreja e Convento da Batalha; requisição de sementes de pinheiros para serem transportados à ilha da Madeira...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

56 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:43:12

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/16/057

Título:

Registos de Avisos e Ordens para o Inspector Geral das Matas e Pinhais Nacionais

Datas de produção:

1839 / 1851

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Administrador Geral das Matas, nomeadamente: requisição de paus para o reparo da Igreja e Convento da Batalha; requisição de sementes de pinheiros para serem transportados à ilha da Madeira...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

57 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 280 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:46:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/16/058

Título:

Registos de Avisos e Ordens para o Inspector Geral das Matas e Pinhais Nacionais

Datas de produção:

1851 / 1852

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos e ordens de El Rei ou da Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para o Administrador Geral das Matas, nomeadamente: requisição de paus para o reparo da Igreja e Convento da Batalha; requisição de sementes de pinheiros para serem transportados à ilha da Madeira...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

58 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 11:48:12

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/17

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O MINISTÉRIO DA MARINHA E AS CÂMARAS DOS DIGNOS PARES E SENHORES DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA

Datas de produção:

1828 / 1863

Produtor(es):

Direção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Presidente da Câmara dos Senhores Deputados ou Secretário da Câmara dos Dignos Pares, nomeadamente propostas de lei.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:00.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 13:37:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/17/059

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministério da Marinha e as Câmaras dos Dignos Pares e Senhores Deputados da Nação Portuguesa

Datas de produção:

1828 / 1852

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Presidente da Câmara dos Senhores Deputados ou Secretário da Câmara dos Dignos Pares, nomeadamente propostas de lei.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

59 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 14:01:42

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/17/060

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministério da Marinha e as Câmaras dos Dignos Pares e Senhores Deputados da Nação Portuguesa

Datas de produção:

1852 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Presidente da Câmara dos Senhores Deputados ou Secretário da Câmara dos Dignos Pares, nomeadamente propostas de lei.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

60 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 14:04:45

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18

Título:

REGISTO DE ORDENS EXPEDIDAS AO MAJOR GENERAL DA ARMADA

Datas de produção:

1822 / 1868

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

30 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada, desde o dia 21 de novembro de 1822 em que se manda executar a Carta de Lei de 30 de outubro sobre a extinção do Conselho do Almirantado, e Junta da Fazenda da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

30 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:01.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 14:09:07

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/061

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1822 / 1824

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

61 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 14:50:51

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/062

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1824 / 1825

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

62 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 14:54:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/063

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1825 / 1826

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

63 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 14:58:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/064

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1826 / 1828

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

64 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 14:58:51

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/065

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1828 / 1829

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

65 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 137 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:00:18

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/066

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1828 / 1829

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

66 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:07:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/067

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1830 / 1831

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

67 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:08:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/068

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1831 / 1833

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

68 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 238 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:12:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/069

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1833 / 1834

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

69 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:14:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/070

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1834 / 1835

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/3

Cota descritiva:

70 (localização: 6-V-10-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 242 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:15:39

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/071

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1835 / 1837

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/4

Cota descritiva:

71 (localização: 6-V-10-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 229 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:19:21

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/072

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1837 / 1838

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/4

Cota descritiva:

71 (localização: 6-V-10-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:23:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/073

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1838 / 1840

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

73 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-11 15:29:59

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/074

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1840 / 1843

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

74 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 279 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 09:27:32

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/075

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1843 / 1844

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

75 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 09:30:30

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/076

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1844 / 1846

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

76 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 185 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 09:32:05

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/077

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1846 / 1847

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

77 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 09:39:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/078

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1847 / 1848

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

78 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 09:44:50

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/079

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1848 / 1850

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

79 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha colada na folha 112 e 2 folhas coladas na folha 113; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 09:46:31

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/080

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1850 / 1851

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

80 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 09:54:15

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/081

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1851 / 1852

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

81 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 238 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 09:56:12

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/082

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1852 / 1853

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

82 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 244 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:00:21

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/083

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1853 / 1855

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

83 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 240 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:06:30

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/084

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1855 / 1857

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

84 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 217 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:10:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/085

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1857 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

85 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:14:43

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/086

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1859 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

86 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:20:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/087

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1863 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

87 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 348 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:22:45

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/088

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1864 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

88 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 345 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:28:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/089

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1866 / 1868

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/10/5

Cota descritiva:

89 (localização: 6-V-10-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:30:14

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/18/090

Título:

Registo de Ordens Expedidas ao Major General da Armada

Datas de produção:

1868 / 1868

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das Ordens em que manda a Rainha ou o Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ao Major General da Armada.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

90 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 233 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 10:37:58

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/19

Título:

REGISTO DE AVISOS PARA DIVERSOS TRIBUNAIS, JUNTAS DE CRÉDITO PÚBLICO E CONSELHO ULTRAMARINO

Datas de produção:

1832 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos em que manda a Rainha, El Rei ou Duque de Bragança Regente em nome de El Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Supremo Tribunal da Marinha, Supremo Conselho de Justiça Militar, outros tribunais e Juntas de Crédito Público.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:01.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 11:40:31

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/19/091

Título:

Registo de Avisos para Diversos Tribunais, Juntas de Crédito Público e Conselho Ultramarino

Datas de produção:

1832 / 1839

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos em que manda a Rainha, El Rei ou Duque de Bragança Regente em nome de El Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Supremo Tribunal da Marinha, Supremo Conselho de Justiça Militar, outros tribunais e Juntas de Crédito Público.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

91 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 169 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 11:31:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/19/092

Título:

Registo de Avisos para Diversos Tribunais, Juntas de Crédito Público e Conselho Ultramarino

Datas de produção:

1840 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de avisos em que manda a Rainha pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar para o Supremo Tribunal da Marinha, Supremo Conselho de Justiça Militar, outros tribunais e Juntas de Crédito Público.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

92 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 44 folhas escritas e 121 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 13:34:18

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20

Título:

REGISTO DE AVISOS E ORDENS PARA O INSPECTOR DO ARSENAL DE MARINHA

Datas de produção:

1822 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

24 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, Rainha, Senhora Infanta Regente em nome do Rei ou o Duque de Bragança Regente em nome da Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha. Desde dia 21 de novembro de 1822, em que se mandou executar a Carta da Lei de 30 de outubro, sobre a extinção do Conselho do Almirantado e Junta da Fazenda da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

24 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:02.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 13:41:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/093

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1822 / 1824

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei ou Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May. Desde dia 21 de novembro de 1822, em que se mandou executar a Carta da Lei de 30 de outubro, sobre a extinção do Conselho do Almirantado e Junta da Fazenda da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

93 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 233 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 13:54:42

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/094

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1824 / 1825

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

94 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 237 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 13:58:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/095

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1825 / 1826

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

95 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 14:03:39

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/096

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1826 / 1827

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei e, a Senhora Infanta Regente em nome do Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

96 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 14:10:13

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/097

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1827 / 1828

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei e, a Senhora Infanta Regente em nome do Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

97 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 14:13:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/098

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1828 / 1829

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

98 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 14:17:30

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/099

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1829 / 1830

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

99 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 14:21:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0100

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1830 / 1831

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

100 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 215 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 14:24:08

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0101

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1831 / 1832

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, Carlos Félix Geraldo May.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

101 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 14:40:35

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0102

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1832 / 1833

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, António Côrrea Manoel Torres d'Aboim.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

102 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 280 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 14:53:38

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0103

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1833 / 1834

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei ou, o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha, João Félix Pereira de Campos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

103 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 176 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 15:07:52

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0104

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1834 / 1835

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

104 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 247 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 15:15:01

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0105

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1835 / 1837

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector Interino do Arsenal e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/1

Cota descritiva:

105 (localização: 6-VII-1-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 231 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 15:21:09

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0106

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1837 / 1841

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector Interino do Arsenal e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

106 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 210 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 15:28:51

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0107

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1841 / 1845

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector Interino do Arsenal e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

107 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 15:38:43

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0108

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1845 / 1848

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector Interino do Arsenal e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

108 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 172 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 16:27:08

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0109

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1848 / 1851

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

109 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 179 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 16:33:07

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0110

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1851 / 1853

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Inspector do Arsenal.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

110 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 164 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 16:41:11

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0111

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1853 / 1854

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

111 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 210 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-14 16:44:31

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0112

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1854 / 1856

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

112 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 311 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 09:31:19

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0113

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1856 / 1857

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

113 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 170 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 09:44:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0114

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1857 / 1858

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

114 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 159 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 09:46:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0115

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1858 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

115 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 09:54:43

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/20/0116

Título:

Registo de Avisos e Ordens para o Inspector do Arsenal de Marinha

Datas de produção:

1859 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Avisos e Ordens em que manda o Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, para o Conselheiro Inspector Geral e Intendente de Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

116 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 186 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 09:58:33

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O MINISTRO DA MARINHA E OUTROS MINISTROS DO ESTADO

Datas de produção:

1807 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

35 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2;6/VII/1/3;6/VII/1/4;6/VII/1/5

Cota descritiva:

117 a 151 (localização: 6-VII-1-2; 6-VII-1-3; 6-VII-1-4; 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

35 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:02.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 11:20:59

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0117

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado e Presidente do Real Erário

Datas de produção:

1807 / 1821

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções, aquisições, nomeações, presos...) entre o Ministro da Marinha, D. Miguel Pereira Forjaz, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Conde de Redondo; João António Salter de Mendonça; Marquês de Borba...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

117 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 467 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 11:58:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0118

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado e Presidente do Tesouro

Datas de produção:

1821 / 1822

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções, aquisições, nomeações, presos...) entre o Ministro da Marinha, Francisco Maximiliano de Souza, Joaquim Jozé Monteiro Torres, Ignacio da Costa Quintella, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

118 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 13:25:31

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0119

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado e Conselho de Estado

Datas de produção:

1822 / 1823

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Ignacio da Costa Quintella para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

119 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 135 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 14:00:00

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0120

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado e Conselho de Estado

Datas de produção:

1823 / 1824

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Ignacio da Costa Quintella para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

120 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 14:18:02

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0121

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado e Conselho de Estado

Datas de produção:

1824 / 1825

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

121 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 14:22:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0122

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1825 / 1825

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Joaquim José Monteiro Torres, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda; Conde de Porto Santo...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

122 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 14:33:05

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0123

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1825 / 1826

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Joaquim Jozé Monteiro Torres e Ignacio da Costa Quintella, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/2

Cota descritiva:

123 (localização: 6-VII-1-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 14:40:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0124

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1826 / 1826

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Ignacio da Costa Quintella, António Manoel de Noronha, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/3

Cota descritiva:

124 (localização: 6-VII-1-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 255 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 16:03:30

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0125

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1827 / 1828

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha (António Manoel de Noronha, Visconde de Santarém, Carlos Honório de Gouvêa Durão, Joze Freire d'Andrade, Joze António de Oliveira Leite de Barros) para diversos Ministros, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/3

Cota descritiva:

125 (localização: 6-VII-1-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 16:08:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0126

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1828 / 1829

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha (José António de Oliveira Leite de Barros e Conde de Basto) para diversos Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

126 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 234 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 16:17:45

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0127

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1829 / 1830

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Conde de Basto, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

127 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 237 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 16:23:19

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0128

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1830 / 1830

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha (Conde de Basto e Duque do Cadaval) para diversos Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

128 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 237 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 16:26:51

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0129

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1830 / 1831

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Duque do Cadaval e Conde de Basto, para diversos Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

129 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 237 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 16:32:25

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0130

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1831 / 1832

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, Conde de Basto, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

130 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 211 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 16:44:49

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0131

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1832 / 1834

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

131 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 199 folhas; papel; manuscrito.
As primeiras 21 folhas não estão escritas.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-16 16:49:48

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0132

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1834 / 1834

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

132 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 09:59:05

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0133

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1834 / 1835

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

133 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 231 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 10:04:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0134

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1835 / 1836

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

134 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 272 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 10:10:26

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0135

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1836 / 1837

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

135 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 235 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 10:13:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0136

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1837 / 1838

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

136 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 230 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 10:16:42

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0137

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1838 / 1840

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, para outros Ministros do Estado nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

137 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 300 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 10:21:35

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0138

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1840 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

138 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 284 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 10:25:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0139

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1842 / 1844

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

139 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 284 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 10:28:46

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0140

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1844 / 1845

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

140 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 10:58:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0141

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1845 / 1846

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

141 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 190 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 11:08:39

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0142

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1846 / 1847

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/4

Cota descritiva:

142 (localização: 6-VII-1-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 11:16:01

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0143

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1847 / 1849

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

143 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 11:33:46

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0144

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1849 / 1850

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

144 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 191 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 11:42:39

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0145

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1850 / 1852

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros; Inspector do Tesouro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

145 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 11:45:55

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0146

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1852 / 1853

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

146 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 11:49:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0147

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1853 / 1855

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

147 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 13:32:26

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0148

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1855 / 1858

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha, para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

148 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 13:34:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0149

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1858 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

149 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 242 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 13:38:25

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0150

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1860 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

150 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 250 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 13:48:06

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/21/0151

Título:

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e outros Ministros do Estado

Título paralelo:

Ministros de Estado

Datas de produção:

1862 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência relacionados com a gestão da pasta da Marinha (promoções; aquisições; nomeações; presos...) entre o Ministro da Marinha para outros Ministros do Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios da Guerra; Ministro dos Negócios da Justiça; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

151 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 13:51:05

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/22

Título:

REGISTO DE CIRCULARES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DA MARINHA

Datas de produção:

1833 / 1870

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de circulares relacionados com assuntos internos de Marinha (solicitação de envio de relação nominal de todos os empregados sem vencimento; participação de nomeações; envio e pedidos de cópia de Decretos, pedidos de comparência na Majoria para prestar o juramento à Carta Constitucional; participação das exéquias solenes por alma de Sua Majestade a Rainha D. Estephania...) expedidas pelo Ministério da Marinha, para diferentes entidades da Marinha, nomeadamente: Majoria General da Armada; Supremo Conselho de Justiça Militar; Contadoria Geral da Marinha; Inspector do Arsenal; Auditor da Marinha; Inspector da Cordoaria...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

152 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:03.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 14:35:42

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/22/0152

Título:

Registo de Circulares Expedidas pelo Ministério da Marinha

Datas de produção:

1833 / 1870

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de circulares relacionados com assuntos internos de Marinha (solicitação de envio de relação nominal de todos os empregados sem vencimento; participação de nomeações; envio e pedidos de cópia de Decretos, pedidos de comparência na Majoria para prestar o juramento à Carta Constitucional; participação das exéquias solenes por alma de Sua Majestade a Rainha D. Estephania...) expedidas pelo Ministério da Marinha, para diferentes entidades da Marinha, nomeadamente: Majoria General da Armada; Supremo Conselho de Justiça Militar; Contadoria Geral da Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

152 (localização: 6- VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 173 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 13:54:54

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/23

Título:

REGISTO DE PORTARIAS, AVISOS, ETC, PARA COMISSÕES DEPENDENTES DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Datas de produção:

1833 / 1871

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Portarias, Avisos, requerimentos com pedidos de pensão e reforma, etc, para Comissões dependentes da Marinha, nomeadamente: Comissão Encarregada da Distribuição dos Fundos do Cofre de Marinha; Comissão Encarregada da Distribuição dos Tesouros do Cofre de Marinha; Comissão Encarregada da Compra dos Géneros para Fornecimento da Marinha; Comissão Encarregada da Reforma da Academia de Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

153/154 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:03.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-17 16:13:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/23/0153

Título:

Registo de Portarias, Avisos, etc, para Comissões Dependentes do Ministério da Marinha

Datas de produção:

1833 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Portarias, Avisos, requerimentos com pedidos de pensão e reforma, etc, para Comissões dependentes da Marinha, nomeadamente: Comissão Encarregada da Distribuição dos Fundos do Cofre de Marinha; Comissão Encarregada da Distribuição dos Tesouros do Cofre de Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

153 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 221 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 09:37:33

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/23/0154

Título:

Registo de Portarias, Avisos, etc, para Comissões Dependentes do Ministério da Marinha

Título paralelo:

Comissões das Dependências deste Ministério

Datas de produção:

1842 / 1871

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Portarias, Avisos, etc, para Comissões dependentes da Marinha, nomeadamente: Comissão Encarregada da Reforma da Academia de Marinha; Comissão Especial de Reforma da Inspeção do Arsenal da Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

154 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 231 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 09:54:06

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/24

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA A DIVERSAS PESSOAS E AUTORIDADES RESIDENTES NA CORTE

Datas de produção:

1835 / 1839

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (pedidos de licença para falar com ministros; concessão de licenças para tratar da saúde; requerimentos; envio de Ordens de Crédito; participações de suspensões; envio de cópias de decretos; informações...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes na Corte, nomeadamente: Lentes da Academia de Marinha; Procurador Geral da Coroa; Ajudante da Torre de Belém; Presidente da Direcção da Associação Mercantil Lisbonense...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

155 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:04.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 10:46:27

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/24/0155

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Diversas Pessoas e Autoridades Residentes na Corte

Título paralelo:

Pessoas Residentes na Côte

Datas de produção:

1835 / 1839

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (pedidos de licença para falar com ministros; concessão de licenças para tratar da saúde; requerimentos; envio de Ordens de Crédito; participações de suspensões; envio de cópias de decretos; informações ...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes na Corte, nomeadamente: Lentes da Academia de Marinha; Procurador Geral da Coroa; Ajudante da Torre de Belém; Presidente da Direcção da Associação Mercantil Lisbonense; Ministro de Espanha na Corte...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

155 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 239 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 14:10:10

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/25

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA A DIVERSAS PESSOAS E AUTORIDADES RESIDENTES FORA DA CORTE

Datas de produção:

1833 / 1839

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (requerimentos com pedidos de pagamentos e outros assuntos; pedido de informações confidenciais sobre o Pinhal de Leira...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes fora da Corte, nomeadamente: Comandante da Esquadilha do Algarve; Perfeito da Comarca de Leiria; Intendente da Marinha da Cidade do Porto; Governador Militar da Vila da Figueira; Governador Civil do Porto; Cônsul de Portugal em Portsmouth...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

156/157 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:05.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 14:43:56

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/25/0156

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Diversas Pessoas e Autoridades Residentes Fora da Corte

Título paralelo:

Cartas do Reino

Datas de produção:

1833 / 1838

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (requerimentos com pedidos de pagamentos e outros assuntos; pedido de informações confidenciais sobre o Pinhal de Leira...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes fora da Corte, nomeadamente: Comandante da Esquadriha do Algarve; Perfeito da Comarca de Leiria; Intendente da Marinha da Cidade do Porto...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

156 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 277 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 14:37:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/25/0157

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Diversas Pessoas e Autoridades Residentes Fora da Corte

Título paralelo:

Cartas do Reino

Datas de produção:

1838 / 1839

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (requerimentos com pedidos de pagamentos e outros assuntos; pedidos de esclarecimentos sobre a passagem de licenças e matrículas pertencentes aos Barcos e Artes de Pescas; envio da relação de navios da Armada...) expedida pelo Ministério da Marinha a diversas pessoas residentes fora da Corte, nomeadamente: Intendente da Marinha da Cidade do Porto; Director da Alfândega de Vila Real de Santo António; Vice-Presidente da Associação da Cidade do Porto...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

157 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 165 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 15:21:40

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/26

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA A PESSOAL E AUTORIDADES DELE DEPENDENTES

Datas de produção:

1838 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

3 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (requerimentos de militares com pedidos de passagem para outras companhias; resposta aos requerimentos; pedidos de informações; ordens...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele dependentes, nomeadamente: Comandante do Batalhão Naval; Capitão Interino do Porto de Lisboa; Ajudante Servindo de Inspector da Cordoaria; Comandante da Companhia dos Guarda-marinhas...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

158/159/160 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

3 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:05.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 15:52:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/26/0158

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Dependentes

Título paralelo:

Autoridades e Pessoas Dependentes deste Ministério

Datas de produção:

1838 / 1840

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (requerimentos de militares com pedidos de passagem para outras companhias; resposta aos requerimentos; pedidos de informações; ordens ...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele dependentes, nomeadamente: Comandante do Batalhão Naval; Capitão Interino do Porto de Lisboa; Ajudante Servindo de Inspector da Cordoaria; Comandante da Companhia dos Guarda-marinhas...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

158 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 133 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 15:55:06

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/26/0159

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Dependentes

Título paralelo:

Autoridades e Pessoas Dependentes deste Ministério

Datas de produção:

1840 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (requerimentos de militares com pedidos de passagem para outras companhias; resposta aos requerimentos; concessão de licenças; pedidos de informações...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele dependentes, nomeadamente: Comandante do Batalhão Naval; Capitão Interino do Porto de Lisboa; Ajudante Servindo de Inspector da Cordoaria; Comandante da Companhia dos Guarda-marinhas...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

159 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 268 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-18 16:31:16

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/26/0160

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Dependentes

Título paralelo:

Autoridades e Pessoas Dependentes deste Ministério desde 9 de Maio de 1842 até 31 de Dezembro do mesmo ano

Datas de produção:

1842 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência (requerimentos de militares com pedidos de passagem para outras companhias; resposta aos requerimentos; concessão de licenças; pedidos de informações...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele dependentes, nomeadamente: Comandante do Batalhão Naval; Auditor Geral da Marinha; Presidente do Conselho de Saúde Naval...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/1/5

Cota descritiva:

160 (localização: 6-VII-1-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 09:38:05

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/27

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA A PESSOAL E AUTORIDADES DELE NÃO DEPENDENTES

Datas de produção:

1840 / 1872

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

6 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência, portarias e ofícios (auto de vistoria de navios; relatórios; pedidos de parecer sobre processos em curso; requisição de aparelhos para reparação de navios; pedido de comutação de penas; requisição de Embarcações de Guerra...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Director do Observatório Metereológico do Infante D. Luís na Escola Politécnica; Cônsul Geral de Portugal em Londres; Governador Civil do Distrito de Lisboa...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

161 a 166 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

6 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:06.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 10:26:15

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0161

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

Título paralelo:

Autoridades Não Dependentes do Ministério da Marinha

Datas de produção:

1840 / 1848

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência, portarias e ofícios (requerimentos com pedidos de pensões; documentação para ser arquivada; informações; pedido de comutação de penas...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Procurador Geral da Fazenda; Conselheiro Guarda-mor da Torre do Tombo; Presidente da Câmara Municipal de Lisboa...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

161 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 283 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 09:49:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0162

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

Título paralelo:

Autoridades Não Dependentes deste Ministério

Datas de produção:

1848 / 1854

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência, portarias e ofícios (Ordens de Pagamento; processo feito em Conselho de Guerra; requerimentos de pedidos de reforma; requisição de Embarcação de Guerra...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Presidente do Conselho Fiscal de Contas; Conselheiro Procurador Geral da Coroa; Conselheiro Procurador Geral da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

162 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 180 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 10:48:58

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0163

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

Título paralelo:

Autoridades Não Dependentes

Datas de produção:

1854 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência, portarias e ofícios (participação de Ordens; requerimentos...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Governador Civil do Distrito de Lisboa; Conselheiro Procurador Geral da Coroa...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

163 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 11:07:46

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0164

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

Título paralelo:

Autoridades Não Dependentes

Datas de produção:

1851 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo correspondência, portarias e ofícios (requerimentos pedindo a isenção de recrutamento marítimo e a renúncia ao serviço da Armada; requisição aparelhos para reparação de navios...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Governador Civil do Distrito de Lisboa; Governador Civil do Distrito de Faro; Governador Civil do Funchal...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

164 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 11:25:27

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0165

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

Título paralelo:

Autoridades Não Dependentes

Datas de produção:

1866 / 1871

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência, portarias e ofícios (informações e recursos de pedidos de recrutamento; pedidos de esclarecimento sobre o serviço; pedidos de atestados...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Governador Civil do Distrito de Aveiro; Governador Civil do Distrito de Lisboa; Governador Civil do Distrito de Faro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

165 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 11:35:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/27/0166

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha a Pessoal e Autoridades dele Não Dependentes

Título paralelo:

Autoridades Não Dependentes

Datas de produção:

1871 / 1872

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência, portarias e ofícios (auto de vistoria de navios; relatórios; pedidos de parecer sobre processos em curso, relação das guias passadas para pagamento de emolumentos...) expedida pelo Ministério da Marinha a pessoal e autoridades dele não dependentes, nomeadamente: Director do Observatório Meteorológico do Infante D. Luís na Escola Politécnica; Cônsul Geral de Portugal em Londres; Governador Civil do Distrito de Lisboa; Conselheiro Procurador Geral da Coroa...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

166 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 222 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 11:46:07

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/28

Título:

REGISTO DE OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA O TESOURO PÚBLICO

Título paralelo:

TESOURO

Datas de produção:

1843 / 1844

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Ofícios (guias de pagamento; envio de cópias de decretos; pedidos de pagamento; conhecimento de contas que foram satisfeitas; participação de contas para ponderação...) do Ministério da Marinha para o Tesouro Público.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

167 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:06.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 14:12:10

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/28/0167

Título:

Registo de Ofícios do Ministério da Marinha para o Tesouro Público

Título paralelo:

Tesouro

Datas de produção:

1843 / 1844

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Ofícios (guias de pagamento; envio de cópias de decretos; pedidos de pagamento; conhecimento de contas que foram satisfeitas; participação de contas para ponderação...) do Ministério da Marinha para o Tesouro Público.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

167 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro 82 folhas escritas e 85 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 13:50:58

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/29

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA AO COMANDANTE DO BATALHÃO NAVAL

Datas de produção:

1843 / 1846

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência expedida (pedido de pagamento de dívidas; informações; nomeações; reclamações; substituições de cargos; promoções; escusas ao serviço; abonos de família...) pelo Ministério da Marinha ao Comandante do Batalhão Naval.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

168 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:07.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 15:01:00

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/29/0168

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Comandante do Batalhão Naval

Título paralelo:

Batalha Naval

Datas de produção:

1843 / 1846

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência expedida (pedido de pagamento de dívidas; informações; nomeações; reclamações; substituições de cargos; promoções; escusas ao serviço; abonos de família...) pelo Ministério da Marinha ao Comandante do Batalhão Naval.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

168 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 226 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 15:24:36

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/30

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA AO INSPECTOR DA CORDOARIA NACIONAL

Título paralelo:

CORDOARIA

Datas de produção:

1843 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens de suspensão de obras; pedidos de informação de contas; admissão de pessoal operário; concessão de licenças; reformas...) pelo Ministério da Marinha ao Inspector da Cordoaria Nacional.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

169 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:07.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 15:29:52

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/30/0169

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Inspector da Cordoaria Nacional

Título paralelo:

Cordoaria

Datas de produção:

1843 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens de suspensão de obras; pedidos de informação de contas; admissão de pessoal operário; concessão de licenças; reformas...) pelo Ministério da Marinha ao Inspector da Cordoaria Nacional.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

169 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 101 folhas escritas e 84 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 15:37:28

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/31

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA

Título paralelo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Datas de produção:

1843 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens que determinam a construção de navios; determinações na celebração de contratos; requerimentos; conhecimento de facturas; participação de compras e vendas; pedidos de parecer e respostas...) para o Conselho de Administração da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

170/171 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:08.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 16:10:37

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/31/0170

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para o Conselho de Administração da Marinha

Título paralelo:

Conselho de Administração de Marinha

Datas de produção:

1843 / 1850

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens que determinam a construção de navios; requerimentos; conhecimento de facturas; participação de compras e vendas; pedidos de parecer e respostas...) para o Conselho de Administração da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

170 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 222 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 16:35:08

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/31/0171

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para o Conselho de Administração da Marinha

Título paralelo:

Conselho de Administração de Marinha

Datas de produção:

1858 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (determinações na celebração de contratos; requerimentos; conhecimento de facturas; participação de compras e vendas; pedidos de parecer e respostas...) para o Conselho de Administração da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

171 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 60 folhas escritas e 134 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 16:42:23

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/32

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA A ESCOLA DE CONSTRUÇÃO E ARQUITECTURA NAVAL E ESCOLA NAVAL

Título paralelo:

ESCOLA NAVAL

Datas de produção:

1843 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (pedido de relação dos empregados; cópia de decretos; nomeações; admissão de alunos e aspirantes; promoções; licenças...) pelo Ministério da Marinha para a Escola de Construção e Arquitectura Naval e Escola Naval.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

172 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:09.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 17:28:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/32/0172

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para a Escola de Construção e Arquitectura Naval e Escola Naval

Título paralelo:

Escola Naval

Datas de produção:

1843 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (pedido de relação dos empregados; cópia de decretos; nomeações; admissão de alunos e aspirantes; promoções; licenças...) pelo Ministério da Marinha para a Escola de Construção e Arquitectura Naval e Escola Naval.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

172 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 191 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-21 17:30:49

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/33

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA AO AUDITOR GERAL DA MARINHA

Título paralelo:

AUDITOR GERAL DA MARINHA

Datas de produção:

1843 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (pedido da relação dos empregados; ordem para activar o andamento dos Processos do Conselho de Guerra; nomeações...) pelo Ministério da Marinha para o Auditor Geral da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

173 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 25 folhas escritas e 138 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:09.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 09:31:51

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/33/0173

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Auditor Geral da Marinha

Título paralelo:

Auditor Geral da Marinha

Datas de produção:

1843 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (pedido da relação dos empregados; ordem para activar o andamento dos Processos do Conselho de Guerra; nomeações...) pelo Ministério da Marinha para o Auditor Geral da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

173 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 25 folhas escritas e 138 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 09:51:22

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA ÀS DIVERSAS INTENDÊNCIAS

Datas de produção:

1843 / 1869

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

11 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

174 a 184 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

11 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:10.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 09:54:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0174

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendente de Marinha na Cidade do Porto

Datas de produção:

1843 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

174 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 188 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 10:01:26

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0175

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências de Marinha

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

175 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 10:04:13

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0176

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências de Marinha

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

176 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 288 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 10:45:42

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0177

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências de Marinha

Datas de produção:

1861 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

177 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 10:52:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0178

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências de Marinha

Datas de produção:

1862 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

178 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 13:21:55

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0179

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências da Marinha

Datas de produção:

1863 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/2

Cota descritiva:

179 (localização: 6-VII-2-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 289 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 13:41:18

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0180

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendentes de Marinha

Datas de produção:

1865 / 1867

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/1

Cota descritiva:

180 (localização: 6-VII-2-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 41 folhas escritas e 194 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 14:04:57

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0181

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências da Marinha

Datas de produção:

1865 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/2

Cota descritiva:

181 (localização: 6-VII-2-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 273 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 14:16:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0182

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências da Marinha

Datas de produção:

1866 / 1868

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/2

Cota descritiva:

182 (localização: 6-VII-2-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 297 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 14:39:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0183

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências da Marinha

Datas de produção:

1868 / 1869

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/2

Cota descritiva:

183 (localização: 6-VII-2-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 296 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 14:51:45

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/34/0184

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha às Diversas Intendências

Título paralelo:

Intendências da Marinha

Datas de produção:

1869 / 1869

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (Portarias e ofícios; requerimentos deferidos e indeferidos de isenção do serviço da Armada; permissão para compras de material; pedidos de informação; ordens para liquidar e pagar; instruções; esclarecimentos de dúvidas...) pelo Ministério da Marinha para as diversas Intendências da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/VII/2/2

Cota descritiva:

184 (localização: 6-VII-2-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 302 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 14:59:42

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/35

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA O SUPREMO CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR

Título paralelo:

SUPREMO CONSELHO DE JUSTIÇA MILITAR

Datas de produção:

1843 / 1872

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (cópias de Decretos; pedidos de parecer sobre requerimentos de militares; propostas de condecorações...) pelo Ministério da Marinha para o Supremo Conselho de Justiça Militar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

185 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 302 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:10.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 16:26:06

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/35/0185

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para o Supremo Conselho de Justiça Militar

Título paralelo:

Supremo Conselho de Justiça Militar

Datas de produção:

1843 / 1872

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (cópias de Decretos; pedidos de parecer sobre requerimentos de militares; propostas de condecorações...) pelo Ministério da Marinha para o Supremo Conselho de Justiça Militar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

185 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 302 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 15:08:23

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/36

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA PARA O DIRECTOR DO OBSERVATÓRIO DA MARINHA

Título paralelo:

LIVRO DO OBSERVATÓRIO

Datas de produção:

1843 / 1872

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (ordem para compra de instrumentos; nomeações; exemplares do regulamento do Observatório da Marinha; regulamento para o serviço do Depósito Náutico...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Observatório da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

186 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:11.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 16:30:19

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/36/0186

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha para o Director do Observatório da Marinha

Título paralelo:

Livro do Observatório

Datas de produção:

1843 / 1872

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (ordem para compra de instrumentos; nomeações; exemplares do regulamento do Observatório da Marinha; regulamento para o serviço do Depósito Náutico...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Observatório da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

186 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 57 folhas escritas e 124 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 16:47:27

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/37

Título:

REGISTO DE AVISOS, ORDENS, CIRCULARES, ETC., PARA O DIRECTOR DO HOSPITAL DA MARINHA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE SAÚDE NAVAL

Datas de produção:

1843 / 1872

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (promoções; licenças; convites; ordens; movimentos do pessoal; pedidos de informação sobre doentes...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

187/188 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:11.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-22 17:16:43

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/37/0187

Título:

Registo de Avisos, Ordens, Circulares, etc., para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval

Datas de produção:

1843 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (promoções; licenças; convites; ordens; movimentos do pessoal; pedidos de informação sobre doentes...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

187 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 182 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 09:31:00

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/37/0188

Título:

Registo de Avisos, Ordens, Circulares, etc., para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval

Título paralelo:

Hospital de Marinha

Datas de produção:

1862 / 1872

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (promoções; licenças; convites; ordens; movimentos do pessoal; pedidos de informação sobre doentes...) pelo Ministério da Marinha para o Director do Hospital da Marinha e Presidente do Conselho de Saúde Naval.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

188 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 174 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Criadas associações ao(s) ficheiro(s) (6992), pelo utilizador "m11002495" na data 05/04/2024 15:51:48

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 09:56:11

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/38

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA AO CHEFE DO ESTADO MAIOR DA MARINHA

Datas de produção:

1859 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

5 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

189 a 193 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

5 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:12.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 09:54:16

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0189

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

Título paralelo:

Chefe de Estado Maior

Datas de produção:

1859 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

189 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 10:47:20

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0190

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

Título paralelo:

Chefe de Estado Maior

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

190 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 10:59:28

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0191

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

Título paralelo:

Chefe de Estado Maior da Marinha

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

191 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 381 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 11:05:42

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0192

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

Título paralelo:

Chefe de Estado Maior

Datas de produção:

1861 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (licenças para aceitar Mercês e usar a respectiva insígnia; ordens para tomar as diligências de preparar a saída de navios; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

192 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 241 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 11:17:20

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/38/0193

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha

Título paralelo:

Chefe de Estado Maior

Datas de produção:

1862 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (ordens e determinações; lotações de navios; legislação referente ao recrutamento para a Armada; concessão de baixas ao serviço...) pelo Ministério da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

193 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 252 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 11:38:24

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/39

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA MARINHA À COMISSÃO CONSULTIVA DA MARINHA

Datas de produção:

1859 / 1871

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (pedidos de parecer sobre construção de um farolim; pedidos de parecer sobre Projecto de Ordenanças Gerais para a Armada; pedidos de parecer sobre o Projecto de Regulamento para o Serviço do Corpo de Marinheiros...) pelo Ministério da Marinha à Comissão Consultiva da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

194 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:12.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 13:24:24

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/39/0194

Título:

Registo de Correspondência Expedida pelo Ministério à Comissão Consultiva da Marinha

Datas de produção:

1859 / 1871

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência expedida (pedidos de parecer sobre construção de um farolim; pedidos de parecer sobre Projecto de Ordenanças Gerais para a Armada; pedidos de parecer sobre o Projecto de Regulamento para o Serviço do Corpo de Marinheiros...) pelo Ministério da Marinha à Comissão Consultiva da Marinha.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

194 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 29 folhas escritas e 65 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 13:35:25

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/40

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DIVERSA EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Datas de produção:

1840 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

6 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência diversa (cópias de decretos pelos quais são feitas as promoções, exonerações e reformas; participação de ordens; respostas a pedidos...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Encarregado de Negócios de França; Capitão do Porto da Vila da Figueira; Secretario da Associação Marítima e Colonial de Lisboa; Inspector Geral das Obras Públicas do Reino; Direcção da Companhia Lusitania...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2e6/V/6/3

Cota descritiva:

195 a 200 (localização: 6-V-6-2 e 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

6 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:13.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 14:09:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0195

Título:

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1840 / 1849

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência diversa (cópias de decretos pelos quais são feitas as promoções, exonerações e reformas; participação de ordens; respostas a pedidos...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Encarregado de Negócios de França; Capitão do Porto da Vila da Figueira; Secretario da Associação Marítima e Colonial de Lisboa; Inspector Geral das Obras Públicas do Reino; Direcção da Companhia Lusitania...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/2

Cota descritiva:

195 (localização: 6-V-6-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 291 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 14:39:12

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0196

Título:

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

Título paralelo:

Avulsos

Datas de produção:

1849 / 1853

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência diversa (resposta a requerimentos; relação dos ofícios da Marinha Brasileira; cópia de decretos; ordens para impressão de publicações para a Marinha...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Bispo de Leiria; Contra-mestre do Arsenal da Marinha; Ministro de Sua Majestade na Corte do Rio de Janeiro...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

196 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 148 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 15:34:24

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0197

Título:

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

Título paralelo:

Avulsos

Datas de produção:

1853 / 1857

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência diversa (participação de anuidade à proposta de nomeações; participação de exonerações; envio de mapas de observações meteorológicas feitas a bordo de navios...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Conselheiro Director da Secção Hidrográfica da Marinha; Conselheiro Filipe Folque; Vice-almirante Barão de Lazarim; Guilherme José António Dias Pegado...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

197 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 185 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 15:55:34

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0198

Título:

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

Título paralelo:

Avulsos

Datas de produção:

1857 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência diversa (cópias das portarias; conhecimento de indemenizações a prestar; pedido de informações acerca da construção de navio...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Presidente da Secção Administrativa do Conselho de Estado; Comissão Liquidatária da Companhia das Pescarias Lisbonense; Vice-almirante Conde de Penha Firme...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

198 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 178 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 16:15:01

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0199

Título:

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

Título paralelo:

Avulsos

Datas de produção:

1859 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência diversa (cópias das portarias; conhecimento de indemnizações a prestar; pedido de informações acerca da construção de navio...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Presidente da Secção Administrativa do Conselho de Estado; Comissão Liquidatária da Companhia das Pescarias Lisbonense; Vice-almirante Conde de Penha Firme...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

199 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 181 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 16:33:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/40/0200

Título:

Registo de Correspondência Diversa Expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

Título paralelo:

Avulsos

Datas de produção:

1861 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência diversa (convite para designar um pessoa para examinar o Projecto de Código Disciplinar e Penal da Marinha; resposta a um pedido de licença para conceder um navio; ordens para impressão de mapas...) expedida pelo Ministério da Marinha e Ultramar a diversas entidades, nomeadamente: Presidente da Associação Comercial; Direcção da Companhia Lusitania; Administrador Geral da Imprensa Nacional; Vice-almirante Conde de Penha Firme...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

200 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 242 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 16:36:07

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/41

Título:

REGISTO DE EXPEDIENTE ORDINÁRIO DA REPARTIÇÃO DO GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA

Título paralelo:

REPARTIÇÃO DO GABINETE - REGISTO DO EXPEDIENTE ORDINÁRIO

Datas de produção:

1859 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de expediente ordinário (agradecimentos por convites enviados para o teatro D. Maria II; contrato celebrado entre Sua Exª o Ministro e Luiz Burnay para o estabelecimento d'um serviço de reboques no Tejo; contrato celebrado com o conselheiro D. Jozé Maria d'Almeida Araújo Corrêa de Lacerda; decretos...) da Repartição do Gabinete do Ministro da Marinha a diversas entidades, nomeadamente: Governador Civil do Distrito da Guarda; Presidente da Comissão Consultiva da Marinha; Conselheiro Director do Observatório Astronómico...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

201 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:13.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 10:01:39

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/41/0201

Título:

Registo de Expediente Ordinário da Repartição do Gabinete do Ministro da Marinha

Título paralelo:

Repartição do Gabinete - Registo do Expediente Ordinário

Datas de produção:

1859 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de expediente ordinário (agradecimentos por convites enviados para o teatro D. Maria II; contrato celebrado entre Sua Exª o Ministro e Luiz Burnay para o estabelecimento d'um serviço de reboques no Tejo; contrato celebrado com o conselheiro D. Jozé Maria d'Almeida Araújo Corrêa de Lacerda; decretos...) da Repartição do Gabinete do Ministro da Marinha a diversas entidades, nomeadamente: Governador Civil do Distrito da Guarda; Presidente da Comissão Consultiva da Marinha; Conselheiro Director do Observatório Astronómico...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

201 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 270 páginas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-23 16:51:07

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/42

Título:

REGISTO DE ASSUNTOS REMETIDOS À COMISSÃO CONSULTIVA E AO AUDITOR DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Datas de produção:

1860 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de diversos assuntos (requerimentos para preencher vagas no quadro dos oficiais e isenção do recrutamento marítimo...) remetidos à Comissão Consultiva e ao Auditor da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

202 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:14.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 10:06:33

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/42/0202

Título:

Registo de Assuntos Remetidos à Comissão Consultiva e ao Auditor da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1860 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de assuntos (requerimentos para preencher vagas no quadro dos oficiais e isenção do recrutamento marítimo...) remetidos à Comissão Consultiva e ao Auditor da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

202 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 68 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 10:41:48

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/43

Título:

REGISTO DE COMUNICAÇÕES À 2ª DIRECÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Datas de produção:

1860 / 1868

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (comunicação da resposta aos requerimentos com pedidos de promoção; relação dos objectos remetidos de Goa para o Arsenal da Marinha; confirmação de nomeações...) à 2ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

203 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:14.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 10:52:12

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/43/0203

Título:

Registo de Comunicações à 2ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1860 / 1868

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (comunicação da resposta aos requerimentos com pedidos de promoção; relação dos objectos remetidos de Goa para o Arsenal da Marinha; confirmação de nomeações...) à 2ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

203 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 5 folhas escritas e 52 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 11:08:20

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/44

Título:

REGISTO DE PARTICIPAÇÕES DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO ÀS 2ª E 3ª DIRECÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE MARINHA E ULTRAMAR

Datas de produção:

1860 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

3 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Participações (nomeações; admissões; demissões; licenças; compra e quantias dispendidas em instrumentos para navios; dividas para liquidar...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

204/205/206 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

3 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:15.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 11:24:12

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/44/0204

Título:

Registo de Participações da 1ª Direcção - 1ª Repartição às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Participações (nomeações; admissões; demissões; quantias dispendidas em instrumentos para navios...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

204 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 57 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 13:25:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/44/0205

Título:

Registo de Participações da 1ª Direcção - 1ª Repartição às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Participações (compra de instrumentos para servir a bordo dos navios; dividas para liquidar; licenças...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

205 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 70 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 13:31:54

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/44/0206

Título:

Registo de Participações da 1ª Direcção - 1ª Repartição às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1861 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Participações (nomeações; pagamento de dívidas e abonos...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

206 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 58 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 13:45:25

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/45

Título:

REGISTO DE COMUNICAÇÕES ÀS 2ª E 3ª DIRECÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE MARINHA E ULTRAMAR

Datas de produção:

1864 / 1867

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (contratos feitos para fornecimento de azeite; despesas feitas com a condução do azeite...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

207 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:16.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 14:31:40

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/45/0207

Título:

Registo de Comunicações às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1864 / 1867

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (contratos feitos para fornecimento de azeite; despesas feitas com a condução do azeite...) às 2ª e 3ª Direcções da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

207 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 15 folhas escritas e 86 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 14:47:08

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/46

Título:

REGISTO DE COMUNICAÇÕES DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO À 3ª DIRECÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE MARINHA E ULTRAMAR

Datas de produção:

1860 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

5 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações; liquidação de pagamentos...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

208 a 212 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

5 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:16.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 14:56:35

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0208

Título:

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

208 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 82 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 folha solta.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 15:15:24

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0209

Título:

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

209 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 54 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 15:22:52

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0210

Título:

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações; liquidação de pagamentos...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

210 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 60 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 15:58:28

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0211

Título:

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1863 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações; liquidação de pagamentos...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

211 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 16:10:37

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/46/0212

Título:

Registo de Comunicações da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar

Datas de produção:

1864 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de Comunicações (promoções; admissão de pessoal; exonerações; liquidação de pagamentos...) da 1ª Direcção - 2ª Repartição à 3ª Direcção da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

212 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 101 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 16:15:42

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47

Título:

REGISTO GERAL DE ENTRADA DE REQUERIMENTOS - ÍNDICE ALFABÉTICO

Datas de produção:

1833 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

44 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a respectiva decisão. Também inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3;6/V/6/4;6/V/5;6/V/7/1

Cota descritiva:

213 a 256 (localização: 6-V-6-3;6-V-6-4;6-V-5;6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

44 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:17.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-24 15:22:17

Nível de descrição:

SSR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1

Título:

REGISTO GERAL DE ENTRADA DE REQUERIMENTOS

Datas de produção:

1833 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

38 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3;6/V/6/4;6/V/5

Cota descritiva:

213 a 250 (localização: 6-V-6-3;6-V-6-4;6-V-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

38 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-11 10:28:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0213

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1833 / 1833

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

213 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 1 caderno com 8 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 15:37:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0214

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1834 / 1834

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

214 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 184 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 15:51:56

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0215

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1835 / 1835

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

215 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 187 folhas; papel; manuscrito.
Inclui 3 cadernos com 8+10+30 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 16:07:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0216

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1837 / 1837

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

217 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 194 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 16:26:00

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0217

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1836 / 1836

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

216 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 184 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 16:53:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0218

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1838 / 1838

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

218 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 183 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 17:00:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0219

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1839 / 1839

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

219 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 137 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 17:05:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0220

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1840 / 1840

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

220 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 140 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 17:11:16

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0221

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1841 / 1841

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/3

Cota descritiva:

221 (localização: 6-V-6-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 142 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-10-29 17:15:16

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0222

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1842 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/4

Cota descritiva:

222 (localização: 6-V-6-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 154 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-11 17:12:41

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0223

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Título paralelo:

Caderno Suplementar do Livro de Entrada de Requerimentos em 1842

Datas de produção:

1842 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/4

Cota descritiva:

223 (localização: 6-V-6-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 94 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-11 17:21:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0224

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1843 / 1843

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

224 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 213 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-11 17:31:35

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0225

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1844 / 1844

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

225 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 211 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 09:36:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0226

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1845 / 1845

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

226 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 214 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 09:42:54

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0227

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1846 / 1846

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

227 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 209 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 09:53:18

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0228

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1847 / 1847

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

228 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 10:10:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0229

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1848 / 1848

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

229 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 189 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 10:17:56

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0230

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1849 / 1849

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

230 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 200 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 10:23:46

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0231

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1850 / 1850

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

231 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 10:42:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0232

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1851 / 1851

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

232 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 97 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 11:01:06

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0233

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1851 / 1851

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

233 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 11:29:02

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0234

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1852 / 1852

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

234 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 239 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 11:37:28

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0235

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1853 / 1853

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

235 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 216 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 11:53:50

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0236

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1854 / 1854

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

236 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 218 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 14:01:20

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0237

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1855 / 1855

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

237 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 220 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 14:09:07

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0238

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1856 / 1856

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

238 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 14:24:15

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0239

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1857 / 1857

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/6/5

Cota descritiva:

239 (localização: 6-V-6-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 183 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 14:33:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0240

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1858 / 1858

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

240 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 156 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 14:50:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0241

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1859 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

241 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 171 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 14:57:20

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0242

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

242 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 172 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 15:46:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0243

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética e cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

243 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 99 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 15:56:40

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0244

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética e cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

244 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 53 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 16:02:16

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0245

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

245 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 16:10:52

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0246

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

246 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 219 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 16:23:39

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0247

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

247 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 51 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 16:28:49

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0248

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

248 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 16:32:15

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0249

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

249 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 292 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 16:37:30

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-1/0250

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo geral de entradas de requerimentos, onde consta a data de entrada, o nome do predente, a pretensão (readmissões; pagamentos; licenças; baixa de serviço...) o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

250 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 269 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-12 16:41:32

Nível de descrição:

SSR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-2

Título:

REGISTO GERAL DE ENTRADA DE REQUERIMENTOS - ÍNDICE ALFABÉTICO

Datas de produção:

1836 / 1841

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

6 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/1

Cota descritiva:

251 a 256 (localização: 6-V-7-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

6 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-11 10:32:09

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0251

Título:

Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético

Datas de produção:

1836 / 1836

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/7/1
Cota descritiva:	251 (localização: 6-V-7-1).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 102 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-12 16:57:43

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0252
Título:	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
Datas de produção:	1837 / 1837
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/7/1
Cota descritiva:	252 (localização: 6-V-7-1).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 90 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-12 17:03:40

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0253
Título:	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
Datas de produção:	1838 / 1838
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/7/1
Cota descritiva:	253 (localização: 6-V-7-1).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 96 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-12 17:07:13

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0254
Título:	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
Datas de produção:	1839 / 1839
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/7/1
Cota descritiva:	254 (localização: 6-V-7-1).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 96 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-12 17:12:30

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0255
Título:	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
Datas de produção:	1840 / 1840
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/7/1
Cota descritiva:	255 (localização: 6-V-7-1).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 128 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-12 17:16:47

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/47-2/0256
Título:	Registo Geral de Entrada de Requerimentos - Índice Alfabético
Datas de produção:	1841 / 1841
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético de entrada de requerimentos.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/7/1
Cota descritiva:	256 (localização: 6-V-7-1).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 56 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-12 17:16:53

Nível de descrição:	SR
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/48
Título:	REGISTO GERAL DE ENTRADA DE OFÍCIOS E CONSULTAS
Datas de produção:	1837 / 1865
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	29 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2;6/V/7/4;6/V/7/5;6/V/8/1

Cota descritiva:

257 a 285 (localização: 6-V-7-2;6-V-7-4;6-V-7-5;6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

29 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:17.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-13 10:11:52

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0257

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1837 / 1837

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2

Cota descritiva:

257 (localização: 6-V-7-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 291 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-13 10:15:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0258

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1838 / 1838

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2

Cota descritiva:

258 (localização: 6-V-7-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 289 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-13 11:19:39

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0259

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1839 / 1839

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2

Cota descritiva:

259 (localização: 6-V-7-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 281 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-13 11:41:41

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0260

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1840 / 1840

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2

Cota descritiva:

260 (localização: 6-V-7-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-13 11:51:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0261

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1841 / 1841

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2

Cota descritiva:

261 (localização: 6-V-7-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 287 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-18 11:18:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0262

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1842 / 1842

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2

Cota descritiva:

262 (localização: 6-V-7-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 258 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-18 11:31:54

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0263

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1843 / 1843

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2

Cota descritiva:

263 (localização: 6-V-7-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 303 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-18 17:07:06

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0264

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1844 / 1844

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/2

Cota descritiva:

264 (localização: 6-V-7-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 292 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 10:21:54

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0265

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1845 / 1845

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

265 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 291 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 10:33:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0266

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1846 / 1846

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

266 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 290 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 10:52:28

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0267

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1847 / 1847

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

267 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 300 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 11:09:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0268

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1848 / 1848

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

268 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 264 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 11:18:46

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0269

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1849 / 1849

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

269 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 232 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 11:27:54

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0270

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1850 / 1850

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

270 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 11:37:11

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0271

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1851 / 1851

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

271 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 11:53:26

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0272

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1852 / 1852

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

272 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 12:01:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0273

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1853 / 1853

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/3

Cota descritiva:

273 (localização: 6-V-7-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 195 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 13:47:20

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0274

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1854 / 1854

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/4

Cota descritiva:

274 (localização: 6-V-7-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 14:37:57

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0275

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1855 / 1855

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/4

Cota descritiva:

275 (localização: 6-V-7-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 196 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 14:45:57

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0276

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1856 / 1856

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/4

Cota descritiva:

276 (localização: 6-V-7-4).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 193 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 14:53:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0277

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1857 / 1857

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/5

Cota descritiva:

277 (localização: 6-V-7-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 192 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 15:14:01

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0278

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1858 / 1858

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/5

Cota descritiva:

278 (localização: 6-V-7-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 147 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 15:18:52

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0279

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1859 / 1859

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/7/5

Cota descritiva:

279 (localização: 6-V-7-5).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 167 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 15:26:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0280

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

280 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 170 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 16:52:22

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0281

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

281 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 242 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 16:59:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0282

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

282 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 166 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 17:06:00

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0283

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

284 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 177 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 17:07:40

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0284

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

284 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 177 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 17:12:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/48/0285

Título:

Registo de Entradas de Ofícios e Consultas

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de entrada de ofícios e consultas, onde consta a data de entrada, o nome da autoridade, o objecto (pedidos para passar ordens; participações de ocorrências; informações sobre militares; envio de requerimentos de militares ...), o seguimento e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

285 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 180 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 17:13:00

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/49

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO COM DIVERSAS AUTORIDADES - RECRUTAMENTO MARÍTIMO

Datas de produção:

1860 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

7 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com diversas autoridades, nomeadamente: Ministros; Governadores Cívicos; Majoria General; Departamento Marítimo do Norte; Departamento Marítimo do Centro; Departamento Marítimo do Sul e Departamento Marítimo dos Açores.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

7 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:18.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 17:23:10

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0286

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamentos Marítimos do Centro, Norte, Sul e Açores

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com os Departamentos Marítimos do Centro, Norte, Sul e Açores.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

286 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 80 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-19 17:22:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0287

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamento Marítimo do Norte

Datas de produção:

1861 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com o Departamento Marítimo do Norte.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

287 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 19 folhas escritas e 41 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-20 09:48:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0288

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamento Marítimo do Centro

Datas de produção:

1861 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com o Departamento Marítimo do Centro.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

288 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 20 folhas escritas e 41 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-20 10:01:09

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0289

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamento Marítimo do Sul

Datas de produção:

1861 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com o Departamento Marítimo do Sul.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

289 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 18 folhas escritas e 44 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-20 10:25:58

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0290

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Departamento Marítimo dos Açores

Datas de produção:

1861 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com o Departamento Marítimo dos Açores.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

290 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 14 folhas escritas e 46 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-20 10:36:32

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0291

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição com Diversas Autoridades - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com diversas autoridades, nomeadamente: Majoria General da Armada; Departamento Marítimo do Norte; Departamento Marítimo do Centro; Departamento Marítimo do Sul; Departamento Marítimo dos Açores e Governadores Civis.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

291 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 34 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-20 11:11:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/49/0292

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição com Diversas Autoridades - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de Correspondência relacionada com o recrutamento marítimo (portarias; pedidos de dinheiros; relação de mancebos considerados aptos e não aptos para o serviço da Armada...) da 1ª Direcção - 1ª Repartição com diversas autoridades, nomeadamente: Ministros; Governadores Civis; Majoria General da Armada; Departamento Marítimo do Norte; Departamento Marítimo do Centro; Departamento Marítimo do Sul e Departamento Marítimo dos Açores.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

292 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 33 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-20 11:37:57

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50

Título:

RECRUTAMENTO MARÍTIMO - 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - REQUERIMENTOS E ÍNDICE ALFABÉTICO

Datas de produção:

1860 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

19 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão. Inclui, ainda, o Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

293 a 311 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

19 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:19.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 10:09:07

Nível de descrição:

SSR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1

Título:

ÍNDICE ALFABÉTICO DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - RECRUTAMENTO MARÍTIMO - REQUERIMENTOS

Datas de produção:

1860 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

5 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição dos livros de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

307 a 311 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

5 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:50:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0307

Título:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

Título paralelo:

1º Direcção - 1ª Repartição - 1860 - Requerimentos contra o Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

307 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 17:09:49

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0308

Título:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

Título paralelo:

1ª Direcção - 1ª Repartição - Índice do Livro 7º do Recrutamento Marítimo - Requerimentos - Livro 8 e 9

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

308 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 151 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 17:21:28

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0309

Título:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

309 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 17:26:02

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0310

Título:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

Título paralelo:

1ª Direcção - 1ª Repartição - Índice - Livro 11 de Reclamações contra o Recrutamento - 1864

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

310 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 216 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 17:33:51

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-1/0311

Título:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo - Requerimentos

Título paralelo:

1ª Direcção - 1ª Repartição - Índice do Livro de Reclamações contra o Recrutamento - 1865

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice Alfabético da 1ª Direcção - 1ª Repartição do livro de reclamações contra o recrutamento onde consta o nome dos requerentes, o local de residência e o número dos requerimentos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

311 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 201 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-22 09:57:28

Nível de descrição:

SSR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2

Título:

REGISTO DE REQUERIMENTOS DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - RECRUTAMENTO MARÍTIMO

Datas de produção:

1860 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

14 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

293 a 306 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

14 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-10 10:42:32

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0293

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

293 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 72 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-20 11:49:18

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0294

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

294 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 71 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 10:46:55

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0295

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

295 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 61 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 15:48:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0296

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

296 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 58 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 15:52:26

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0297

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

297 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 60 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 15:54:05

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0298

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

298 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 15:56:18

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0299

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1861 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

299 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:18:09

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0300

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

300 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:20:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0301

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

301 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:24:19

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0302

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

302 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:27:59

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0303

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

303 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 102 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:31:40

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0304

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

304 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 61 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:31:45

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0305

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

305 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:40:06

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/50-2/0306

Título:

Registo de Requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Recrutamento Marítimo

Datas de produção:

1865 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Registo de requerimentos da 1ª Direcção - 1ª Repartição relacionados com o recrutamento marítimo (reclamações contra o alistamento marítimo; pedidos de isenção ou exclusão de alistamento...) e a decisão.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

306 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 236 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-21 16:44:19

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/51

Título:

ÍNDICE ALFABÉTICO GERAL DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO

Datas de produção:

1860 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

6 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui os índices alfabéticos gerais da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

312 a 317 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

6 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:19.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-25 14:44:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0312

Título:

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

312 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 106 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-22 10:48:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0313

Título:

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

313 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 106 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-25 15:12:55

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0314

Título:

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

314 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 53 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-25 15:18:54

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0315

Título:

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

315 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 151 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-25 15:25:53

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0316

Título:

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

316 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 149 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-25 15:44:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/51/0317

Título:

Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 1ª Repartição

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Índice alfabético geral da 1ª Direcção - 1º Repartição, onde constam os nomes pessoais ou de diversas entidades e a localização do respectivos registos.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

317 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 153 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-25 15:54:03

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/52

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO COM DIVERSAS ENTIDADES

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar nº 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência recebida (ofícios e requerimentos a pedir gratificações, pensões, pedidos de escusa de serviço...) de diversas entidades (Câmaras Legislativas; ministros; Majoria General da Armada; Intendentes; Visconde da Praia Grande de Macau; Visconde de Soares Franco; Director da Escola Naval; comandantes de navios ...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem alfabética.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

318 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:20.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-25 16:41:32

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/52/0318

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma Secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência recebida (ofícios e requerimentos a pedir gratificações, pensões, pedidos de escusa de serviço...) de diversas entidades (Câmaras Legislativas; ministros; Majoria General da Armada; Intendentes; Visconde da Praia Grande de Macau; Visconde de Soares Franco; Director da Escola Naval; comandantes de navios ...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

318 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 247 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-25 17:31:29

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/53

Título:

ÍNDICE ALFABÉTICO GERAL DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO

Datas de produção:

1843 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

7 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/8/2
Cota descritiva:	319 a 324-A (localização: 6-V-8-2).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	7 livros; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Nota de edição:	Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:20.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-26 10:13:22

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/53/0319
Título:	Índice Alfabético Geral da 1ª Direcção - 2ª Repartição
Datas de produção:	1860 / 1860
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

319 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 09:41:29

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0320

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/8/2
Cota descritiva:	320 (localização: 6-V-8-2).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-26 10:20:55

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/53/0321
Título:	Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição
Datas de produção:	1862 / 1862
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

321 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 11:35:36

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0322

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

322 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 149 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 11:44:49

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0323

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem alfabética.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/8/2
Cota descritiva:	323 (localização: 6-V-8-2).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 149 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-26 11:49:11

Nível de descrição:	UI
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/53/0324
Título:	Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição
Datas de produção:	1865 / 1865
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação nº 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. Nº 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

324 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 142 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 11:54:34

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/53/0324-A

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição

Datas de produção:

1843 / 1843

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Transferência.
Âmbito e conteúdo:	Inclui o índice alfabético geral (lista nominal por nomes e assuntos) da 1ª Direcção - 2ª Repartição.
Ingressos adicionais:	Fundo fechado.
Sistema de organização:	Ordem cronológica.
Condições de acesso:	Acessível.
Condições de reprodução:	Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.
Cota atual:	6/V/8/2
Cota descritiva:	324-A (localização: 6-V-8-2).
Idioma e escrita:	Português.
Características físicas e requisitos técnicos:	1 livro com 42 folhas; papel; manuscrito.
Instrumentos de descrição:	Índices.
Regras ou convenções:	ISAD(G), ODA.
Data da descrição:	2013-11-26 13:47:42

Nível de descrição:	SR
Código de referência:	PT/BCM-AH/DGM/01/54
Título:	REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO COM DIVERSAS ENTIDADES
Datas de produção:	1861 / 1865
Produtor(es):	Direcção Geral da Marinha.
Dimensão e suporte:	8 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/1

Cota descritiva:

325 a 332 (localização: 6-V-8-1).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

8 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:21.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 14:09:43

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0325

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para diversas entidades, nomeadamente: Comissão Consultiva; Câmaras Legislativas; Estado Maior da Armada; Governadores Civis; Inspector do Arsenal; Intendências; Ministros...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Organização cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

325 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 144 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 14:07:09

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0326

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para diversas entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Organização cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

326 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 175 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 15:09:41

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0327

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Organização cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

327 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 108 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 15:20:47

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0328

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Organização cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

328 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 172 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 15:33:03

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0329

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Organização cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

330 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 200 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 15:41:32

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0330

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Organização cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

330 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 200 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 15:59:25

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0331

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Organização cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

331 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 163 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 15:59:33

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/54/0332

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição com Diversas Entidades

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência entre a 1ª Direcção - 2ª Repartição para várias entidades, nomeadamente: Arsenal; Estado Maior da Armada; Intendências; Ministérios; Governadores Civis; Câmaras Legislativas; Comissão Consultiva...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Organização cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

332 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 213 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 16:12:08

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/55

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - PESSOAS DIVERSAS

Datas de produção:

1861 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

6 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

333 a 338 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

6 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:22.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 16:22:21

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0333

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

333 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 72 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 16:22:09

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0334

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

334 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 71 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 16:48:01

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0335

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

Datas de produção:

1860 / 1860

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

335 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 22 escritas e 40 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 16:55:05

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0336

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

336 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 17:05:25

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0337

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

Datas de produção:

1861 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

337 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 62 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 17:09:46

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/55/0338

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Pessoas Diversas

Datas de produção:

1862 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência remetida (ofícios e requerimentos) de diversas pessoas (Guarda-marinhas; marinheiros; familiares de militares...) para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, com a informação do respectivo parecer.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

338 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 136 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-26 17:13:48

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/56

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - ESTABELECIMENTOS CIENTÍFICOS

Datas de produção:

1860 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) remetida de diversos Estabelecimentos Científicos (Escola Naval; Observatório Astronómico de Marinha; Observatório Náutico Meteorológico...) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

339/340 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:23.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 09:40:23

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/56/0339

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Estabelecimentos Científicos

Datas de produção:

1860 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) remetida de diversos Estabelecimentos Científicos (Escola Naval; Observatório Astronómico de Marinha; Observatório Náutico Meteorológico...) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

339 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 12 folhas escritas e 49 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 09:36:44

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/56/0340

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Estabelecimentos Científicos

Datas de produção:

1863 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) remetida de diversos Estabelecimentos Científicos (Escola Naval; Observatório Astronómico de Marinha; Observatório Náutico Meteorológico...) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

340 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 8 folhas escritas e 96 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 10:19:23

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/57

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - MAJOR GENERAL

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos relacionados com todos os serviços da Armada) para 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Major General.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

341 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:23.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 10:34:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/57/0341

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Major General

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos relacionados com todos os serviços da Armada) para 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Major General.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

341 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 101 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 10:33:32

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/58

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - MINISTÉRIOS

Datas de produção:

1859 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministérios, nomeadamente: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Justiça; Ministério do Reino...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

342 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:24.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 11:10:07

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/58/0342

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Ministérios

Datas de produção:

1859 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministérios, nomeadamente: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Justiça; Ministério do Reino...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

342 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 36 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 11:11:47

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/59

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - MINISTROS DO ESTADO

Datas de produção:

1862 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

3 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministros de Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro do Reino; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

343/344/345 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

3 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:25.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 11:22:55

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/59/0343

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Ministros de Estado

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministros de Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro do Reino; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

343 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 3 folhas escritas e 58 folhas não escritas; papel; manuscrito.
A folha de rosto está cortada.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 11:26:55

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/59/0344

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Ministros de Estado

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministros de Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro do Reino; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

344 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 13:47:19

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/59/0345

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Ministros de Estado

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios) da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida dos diversos Ministros de Estado, nomeadamente: Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro do Reino; Ministro da Fazenda...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

345 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 104 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 13:56:06

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/60

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - CHEFES DE ESTADO MAIOR

Datas de produção:

1860 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Chefe de Estado Maior.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

346/347 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:25.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 14:02:50

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/60/0346

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Chefe de Estado Maior

Datas de produção:

1860 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Chefe de Estado Maior.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

346 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 61 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 14:05:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/60/0347

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Chefe de Estado Maior

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Chefe de Estado Maior.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

347 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 100 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 14:17:55

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/61

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - INTENDENTES

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição, remetida do Chefe de Estado Maior.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

348 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:26.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 14:22:03

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/61/0348

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Intendentes

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida do Chefe de Estado Maior.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

348 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 1 folha escrita e 99 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 14:28:52

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/62

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - DIVERSAS AUTORIDADES

Datas de produção:

1860 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida por diversas autoridades, nomeadamente: Governadores Civis; Director Geral dos Telegrafos; Chefe de Estado Maior; deputados...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

349/350 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:27.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 14:39:09

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/62/0349

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Diversas Autoridades

Datas de produção:

1860 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida por diversas autoridades, nomeadamente: Governadores Civis; Director Geral dos Telegrafos; Chefe de Estado Maior; deputados...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

349 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 71 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-27 14:47:04

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/62/0350

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Diversas Autoridades

Datas de produção:

1863 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) com a informação do respectivo despacho para a 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida por diversas autoridades, nomeadamente: Governadores Civis; Director Geral dos Telegrafos; Chefe de Estado Maior; deputados...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

350 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 9 folhas escritas e 91 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-28 17:19:08

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/63

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - NAVIOS DE GUERRA

Datas de produção:

1860 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida de diversos navios de guerra, nomeadamente: nau "Vasco da Gama"; fragata "D. Fernando"; corveta "Estefânia"; corveta "Bartolomeu Dias"; corveta "Sagres"; corveta "Maria Ana"; corveta "Goa"; corveta "D. João I"; corveta "Argus"; corveta "Angra"; corveta "Vila Flor"; corveta "Pedro Nunes"; vapor "Mindelo" e vapor "Barão de Lazarim".

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

351/352 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:27.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-28 17:26:15

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/63/0351

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Navios de Guerra

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida de diversos navios de guerra, nomeadamente: nau "Vasco da Gama"; fragata "D. Fernando"; corveta "Estefânia"; corveta "Bartholomeu Dias"; corveta "Sagres"; corveta "Maria Anna"; corveta "Goa"; corveta "D. João 1º"; corveta "Argus"; corveta "Angra"; corveta "Villa Flor"; corveta "Pedro Nunes"; vapor "Mindello" e vapor "Barão de Lazarim".

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

351 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 70 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-28 17:27:21

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/63/0352

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Navios de Guerra

Datas de produção:

1862 / 1862

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição remetida de diversos navios de guerra, nomeadamente: vapor "Mindello"; corveta "Estefânia"; fragata "D. Fernando"; corveta "Sagres"; brigue "Villa Flor"; vapor "Maria Anna"; iate "Conde de Penha Firme"; corveta "Bartholomeu Dias"; iate "São Thomé"; brigue "Pedro Nunes"; corveta "Damão"; transporte "Martinho de Mello"; corveta "Sá da Bandeira"; escuna "Napier" e escuna a vapor "Barão de Lazarim".

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

352 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 102 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 09:41:41

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/64

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - DIVERSOS

Datas de produção:

1863 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida de diversas pessoas (ministros; fidalgos; comandantes; marinheiros...) e entidades, como por exemplo a Junta da Fazenda da Província de Moçambique, para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

353/354 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:28.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 15:13:55

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/64/0353

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Diversos

Datas de produção:

1863 / 1863

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida de diversas pessoas (ministros; fidalgos; comandantes; marinheiros...) e entidades, como por exemplo a Junta da Fazenda da Província de Moçambique, para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

353 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 102 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 15:26:35

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/64/0354

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Diversos

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida de diversas pessoas (ministros; fidalgos; comandantes; marinheiros...) e entidades, como por exemplo a Junta da Fazenda da Província de Moçambique, para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

354 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 46 folhas escritas e 57 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 15:56:38

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/65

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 1ª REPARTIÇÃO - CÂMARAS LEGISLATIVAS

Datas de produção:

1860 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida das Câmaras de Deputados para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

355/356 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:29.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 16:05:35

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/65/0355

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Câmaras Legislativas

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoñdo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência remetida das Câmaras de Deputados para a 1ª Direcção - 1ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

355 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 2 folhas escritas e 59 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 16:08:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/65/0356

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 1ª Repartição - Câmaras Legislativas

Datas de produção:

1863 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo de correspondência (ofícios e requerimentos) remetida das Câmaras de Deputados para a 1ª Direcção - 1ª Repartição com a informação do respectivo despacho.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

356 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 3 folhas não escritas e 34 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 16:19:45

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/66

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO - MINISTÉRIOS

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência remetida pelos diversos Ministérios (Ministério da Gerra; Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

358 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:29.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 16:40:28

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/66/0357

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição - Ministérios

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência remetida pelos diversos Ministérios (Ministério da Gerra; Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

357 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 3 folhas escritas e 34 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 16:41:03

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/67

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO - CHEFE ESTADO MAIOR

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência (de todas as classes de oficiais) remetida pelo Chefe de Estado Maior para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

358 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 59 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:30.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 16:55:46

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/67/0358

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição - Chefe de Estado Maior

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência (de todas as classes de oficiais) remetida pelo Chefe de Estado Maior para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

358 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 59 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-11-29 16:56:51

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/68

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO - INTENDÊNCIAS

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência remetida das Intendências para a 1ª Direcção - 2ª Repartição, com a informação do respectivo despacho.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

359 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 12 folhas escritas e 40 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:30.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-03 23:06:07

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/68/0359

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição - Intendências

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência remetida das Intendências para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

359 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 12 folhas escritas e 40 folhas não escritas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-03 23:06:07

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/69

Título:

REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA DA 1ª DIRECÇÃO - 2ª REPARTIÇÃO - PESSOAS DIVERSAS

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência remetida de pessoas diversas (Direcção do Diário de Lisboa; Oficiais de Marinha; Companhia União Mercantil; empregados do Arsenal...) para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

360 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 81 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:31.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-03 23:30:35

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/69/0360

Título:

Registo de Correspondência da 1ª Direcção - 2ª Repartição - Intendências

Datas de produção:

1860 / 1861

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo da correspondência remetida de pessoas diversas (Direcção do Diário de Lisboa; Oficiais de Marinha; Companhia União Mercantil; empregados do Arsenal...) para a 1ª Direcção - 2ª Repartição.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

360 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 81 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-03 23:30:45

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/70

Título:

REGISTO DE OFÍCIOS DE MINISTÉRIOS E OUTRAS AUTORIDADES

Datas de produção:

1864 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos para os Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronómico de Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

361/362 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:31.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-04 16:13:00

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/70/0361

Título:

Registo de Ofícios de Ministérios e Outras Autoridades

Título paralelo:

1864 - Ministérios e outras autoridades - entradas e saídas

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos para os Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronómico de Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

361 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 96 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-04 16:13:00

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/70/0362

Título:

Registo de Ofícios de Ministérios e Outras Autoridades

Título paralelo:

1865 - Entradas d'ofícios de diferentes authorities e ministérios

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios recebidos dos Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronómico de Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

362 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 84 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-04 16:50:39

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/71

Título:

REGISTO DE OFÍCIOS DE MINISTÉRIOS E OUTRAS AUTORIDADES

Datas de produção:

1864 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

2 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos dos Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronomico de Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

361/362 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

2 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:32.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-04 16:50:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/71/0361

Título:

Registo de Ofícios de Ministérios e Outras Autoridades

Título paralelo:

1864 - Ministérios e outras autoridades - entradas e saídas

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos dos Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronómico de Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

361 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 96 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-04 16:50:17

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/71/0362

Título:

Registo de Ofícios de Ministérios e Outras Autoridades

Título paralelo:

1865 - Entradas d'Ofícios de diferentes authorities e ministérios

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios recebidos dos Ministérios (Ministério das Obras Públicas; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Fazenda...) e outras autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis do Reino; Director do Observatório Astronomico de Marinha...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/2

Cota descritiva:

362 (localização: 6-V-8-2).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 184 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 09:44:19

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/72

Título:

REGISTO DE OFÍCIOS - INTENDENTES DE MARINHA

Datas de produção:

1864 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

3 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos dos diversos Intendentes de Marinha, nomeadamente: Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

363/364/365 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

3 livros; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:33.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 09:56:37

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/72/0363

Título:

Registo de Ofícios - Intendentes de Marinha

Título paralelo:

Intendentes de Marinha - entradas e saídas - 1864

Datas de produção:

1864 / 1864

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados e recebidos dos diversos Intendentes de Marinha, nomeadamente: Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

363 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 103 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 09:56:28

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/72/0364

Título:

Registo de Ofícios - Intendentes de Marinha

Título paralelo:

1865 - Entradas dos ofícios dos Intendentes de marinha

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispondo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios recebidos dos diversos Intendentes de Marinha, nomeadamente: Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

364 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 191 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 10:20:50

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/72/0365

Título:

Registo de Ofícios - Intendentes de Marinha

Título paralelo:

1865 - Livro de sahida dos officios expedidos aos Intendentes de Marinha

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados aos diversos Intendentes de Marinha, nomeadamente: Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

365 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 197 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 10:27:06

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/73

Título:

REGISTO DE OFÍCIOS - INTENDENTES DE MARINHA E CAPITÃES DE PORTOS

Datas de produção:

1865 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados aos diversos Intendentes de Marinha (Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...) e Capitães de Portos, nomeadamente: Capitão do Porto de Lisboa; Capitão do Porto de Lagos; Capitão do Porto de S. Miguel...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

366 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:33.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 10:36:18

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/73/0366

Título:

Registo de Ofícios - Intendentes de Marinha e Capitães de Portos

Título paralelo:

1865 - sahida officios expedidos aos diferentes intendentes de Marinha e Capitães de portos

Datas de produção:

1865 / 1866

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados aos diversos Intendentes de Marinha (Intendente de Marinha de Lisboa, Intendente de Marinha do Porto, Intendente de Marinha do Algarve, Intendente de Marinha dos Açores...) e Capitães de Portos, nomeadamente: Capitão do Porto de Lisboa; Capitão do Porto de Lagos; Capitão do Porto de S. Miguel...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

366 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 100 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 10:36:26

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/74

Título:

REGISTO DE OFÍCIOS - DIFERENTES AUTORIDADES

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados a diferentes autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis; Ministro das Obras Públicas...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

367 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:34.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 10:44:32

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/74/0367

Título:

Registo de Ofícios - Diferentes Autoridades

Título paralelo:

1865 - sahida d'officios expedidos a diferentes auctoridades

Datas de produção:

1865 / 1865

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo dos ofícios enviados a diferentes autoridades, nomeadamente: Inspector dos Faróis; Ministro das Obras Públicas...

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

367 (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 200 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 10:44:19

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/75

Título:

REGISTO DE PASSAGEIROS PARA ÁFRICA

Datas de produção:

1869 / 1869

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das guias de passagem para África.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

367-A (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Nota de edição:

Registo movido pelo utilizador "e15974084" às 2021-05-04 11:19:34.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 11:02:35

Nível de descrição:

UI

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/01/75/0367-A

Título:

Registo de Passageiros para África

Título paralelo:

Passageiros para África 1869

Datas de produção:

1869 / 1869

Produtor(es):

Direcção Geral da Marinha.

Dimensão e suporte:

1 u.i.

História custodial e arquivística:

Apesar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ter sido criada pelo Alvará de 28 de Julho de 1736, as origens do Arquivo remontam apenas ao ano de 1843, quando o Decreto de 15 de Fevereiro reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelecendo no seu art.º 11º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense. Porém, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo remodelaram o Ministério, a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897), a desanexação do Ministério das Colónias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha tivesse ficado dispersa em diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente chamado Arquivo Histórico Colonial), e só na década de sessenta do século XX (após a criação do Arquivo Geral da Marinha), se conseguiu que parte dela voltasse à Marinha, onde foi incorporada no seu Arquivo Histórico.

O Decreto-lei n.º 42840, de 10 de Fevereiro de 1960, o Arquivo Geral da Marinha, que substituiu o antigo Arquivo da Marinha. Pelo artigo 3º do referido Decreto-lei, o Arquivo Geral da Marinha é constituído por um Arquivo Central, um Arquivo Histórico, uma Biblioteca e uma secretaria, dispoendo de um conselho administrativo.

O Decreto-Lei n.º 49/93, de 26/02, aprova a nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR) e altera a estrutura existente. O Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 01/09 define as competências e Organização dos Órgãos da Marinha de Natureza Cultural, passa o Arquivo Central da Marinha para a dependência orgânica da Biblioteca Central da Marinha, incluindo um Arquivo Central e um Arquivo Histórico) e a Declaração de Retificação n.º 213/94, de 30/11 (Marinha) retifica o Dec. Reg. N.º 35/94, extinguindo o Arquivo Geral da Marinha.

Por sua vez, A Lei Orgânica da Marinha publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de Setembro) coloca o Arquivo Central na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação, com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha, continuando o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central da Marinha.

Fonte imediata de aquisição ou transferência:

Transferência.

Âmbito e conteúdo:

Inclui o registo das guias de passagem para África.

Ingressos adicionais:

Fundo fechado.

Sistema de organização:

Ordem cronológica.

Condições de acesso:

Acessível.

Condições de reprodução:

Constantes no Regulamento Interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução.

Cota atual:

6/V/8/3

Cota descritiva:

367-A (localização: 6-V-8-3).

Idioma e escrita:

Português.

Características físicas e requisitos técnicos:

1 livro com 73 folhas; papel; manuscrito.

Instrumentos de descrição:

Índices.

Regras ou convenções:

ISAD(G), ODA.

Data da descrição:

2013-12-05 11:05:12

Nível de descrição:

SC

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/02

Título:

Sem título

Datas de produção:

1906 / 1925

Dimensão e suporte:

Papel

Nota de edição:

Registo modificado pelo utilizador "e15974084", na data 2021-05-04 11:38:00

Data da descrição:

2021-05-03 15:16:24

Nível de descrição:

SR

Código de referência:

PT/BCM-AH/DGM/02/001

Título:

Registos de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas

Datas de produção:

1906 / 1925

Dimensão e suporte:

Papel

Nota de edição:

Registo modificado pelo utilizador "e15974084", na data 2021-05-04 11:36:46

Notas: - Registos de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas.

Data da descrição: 2021-05-03 15:42:38

Nível de descrição: UI

Código de referência: PT/BCM-AH/DGM/02/001/675

Título: Registo de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas.

Datas de produção: 1921 / 1924

Dimensão e suporte: Papel

Cota descritiva: 6-XXXIII-1-1/ 675

Idioma e escrita: Português

Nota de edição: Criação de associações à(s) seguinte(s) representação(ões): , 5249

Data da descrição: 2021-05-04 11:34:56

Nível de descrição: UI

Código de referência: PT/BCM-AH/DGM/02/001/676

Título: Registo de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas.

Datas de produção: 1906 / 1910

Dimensão e suporte: Papel

Cota descritiva: 6-XXXIII-1-1/ 676

Idioma e escrita: Português

Nota de edição: Criação de associações à(s) seguinte(s) representação(ões): , 5250

Data da descrição: 2021-05-04 11:36:03

Nível de descrição: UI

Código de referência: PT/BCM-AH/DGM/02/001/677

Título: Registo de Cartas da Marinha Mercante - Oficiais, Pilotos e Maquinistas.

Datas de produção: 1924 / 1925

Dimensão e suporte: Papel

Cota descritiva: 6-XXXIII-1-1/ 677

Idioma e escrita: Português

Nota de edição: Criação de associações à(s) seguinte(s) representação(ões): , 5251

Data da descrição: 2021-05-04 11:36:09
